

# RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias em  
31 de dezembro de 2017 e 2016 e relatórios  
dos auditores independentes

## Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REGULATÓRIAS.....	6
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	9
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	26
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS.....	27
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	27
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS .....	28
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	28
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO DOS .....	28
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	28
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	29
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	29
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	30
1.1. Contexto operacional .....	30
1.2. Marco legal do setor elétrico .....	30
1.3. Aprovação das demonstrações financeiras.....	31
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	31
2.1. Base de preparação.....	31
2.2. Moeda funcional e moeda de preparação .....	32
2.3. Caixa e equivalentes de caixa.....	32
2.4. Instrumentos financeiros .....	33
2.4.2. Ativos financeiros .....	33
2.4.2.1. Classificação .....	33
2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração.....	33
2.4.2.3. Compensação de instrumentos financeiros.....	34
2.4.2.4. <i>Impairment</i> de ativos financeiros.....	34
2.4.3. Passivos financeiros.....	34
2.4.3.1. Classificação .....	34
2.4.3.2. Reconhecimento e mensuração.....	35
2.5. Clientes – Concessionárias e Permissionárias .....	35
2.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - <i>Impairment</i> .....	35
2.7. Despesas pagas antecipadamente .....	35

2.8.	Serviços em curso.....	35
2.9.	Imobilizado.....	36
2.10.	Ativos intangíveis .....	36
2.10.1.	Softwares.....	36
2.10.2.	Bônus de outorga .....	36
2.11.	Impairment de ativos não financeiros .....	36
2.12.	Fornecedores e outras contas a pagar .....	37
2.13.	Empréstimos e partes relacionadas .....	37
2.14.	Provisões .....	37
2.15.	Imposto de renda e contribuição social .....	37
2.16.	Benefícios a empregados .....	38
2.16.1.	Participação nos lucros.....	38
2.17.	Capital social.....	38
2.18.	Reconhecimento da receita .....	38
2.18.1.	Receita de comercialização de energia .....	38
2.18.2.	Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas.....	39
2.18.3.	Receita de suprimento de energia elétrica .....	39
2.18.4.	Receita financeira.....	39
2.19.	Distribuição de dividendos.....	39
3.	DEMONSTRACOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	39
4.	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABEIS CRITICOS .....	40
4.1.	Estimativas e premissas contábeis críticas.....	40
4.2.	Novas normas, alterações e interpretações de normas .....	40
5.	GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO .....	40
5.1.	Fatores de riscos financeiros.....	40
5.1.1.	Risco de mercado .....	41
5.1.2.	Risco cambial - dólar norte-americano .....	41
5.1.3.	Risco de liquidez.....	41
5.1.4.	Risco de crédito .....	41
5.1.5.	Análise de sensibilidade .....	42
5.2.	Gestão de capital.....	42
5.3.	Outros riscos.....	43
5.3.1.	Risco hidrológico .....	43
5.3.2.	Risco de regulação.....	43

5.3.3.	Risco ambiental .....	43
5.4.	Estimativa ao valor justo .....	43
6.	QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	44
7.	RECLASSIFICAÇÃO DE CIFRAS .....	44
7.1.	Efeitos da reapresentação.....	44
8.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	46
9.	CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	46
10.	TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER .....	47
10.1.	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	47
11.	PARTES RELACIONADAS .....	47
11.1.	Transações e saldos.....	47
11.2.	Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.....	49
11.2.1.	Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	49
12.	IMOBILIZADO.....	49
12.1.	Composição .....	49
12.2.	Movimentação do ativo imobilizado.....	50
12.3.	Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado, é como segue: 50	
12.4.	As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:.....	50
12.5.	Taxas médias de depreciação.....	51
12.6.	Dos bens vinculados a outorga .....	51
13.	INTANGÍVEL .....	51
13.1.	Composição do intangível .....	51
13.2.	Movimentação do intangível .....	51
14.	FORNECEDORES .....	52
15.	ENCARGOS SETORIAIS .....	52
16.	EMPRÉSTIMOS.....	53
16.1.	Composição e vencimento .....	53
16.2.	Vencimento .....	54
16.3.	Movimentação do empréstimo.....	54
16.4.	Características dos contratos de empréstimos .....	54
16.4.1.	Garantias contratuais.....	54
16.4.2.	Cláusulas restritivas.....	54
17.	PATRIMONIO LIQUIDO .....	55

17.1.	Capital social subscrito e integralizado .....	55
17.2.	Reservas de lucros.....	55
17.2.1.	Reserva legal .....	55
17.2.2.	Reserva de retenção de lucros.....	55
18.	ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE .....	56
18.1.	Energia elétrica vendida.....	56
18.2.	Energia comprada para revenda .....	57
18.3.	Encargos de uso da rede elétrica .....	57
19.	CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B” .....	57
20.	CUSTOS E DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	57
21.	RESULTADO FINANCEIRO .....	58
22.	DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	58
23.	LUCRO POR AÇÃO.....	59
24.	SEGUROS .....	59
25.	COMPROMISSOS .....	60
25.1.	Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	60
26.	PROVISÕES PARA RISCOS .....	60
26.1.	Contingências possíveis.....	60
27.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE .....	61
28.	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO .....	62
29.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	65
29.1.	Juros sobre capital próprio.....	65
29.2.	Depósito judicial.....	65
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO .....	66

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS****Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas  
Rio Paraná Energia S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase****Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rio Paraná Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

**Outros assuntos**

A Rio Paraná Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 5 de abril de 2018, sem ressalvas.



Rio Paraná Energia S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Rio Paraná Energia S.A.

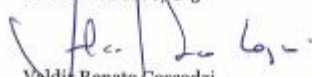
chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2018

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Valdir Renato Coscodai  
Contador CRC 1SP165875/O-6

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **Senhores Acionistas,**

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), submete à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis Regulatórias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### **Mensagem do Presidente**

Vivemos em 2017 o primeiro ano completo de operação das usinas Jupiá e Ilha Solteira sob a administração da CTG Brasil, processo iniciado em julho do ano anterior, após conquistarmos em leilão o contrato de concessão para operar e manter as duas usinas no Rio Paraná. Foi um movimento emblemático para a nossa Companhia, pois o complexo é o maior das regiões Sudeste e Centro-Oeste e o sexto maior do Brasil. No final de 2016, com a aquisição de ativos da Rio Parapanema Energia, nos consolidamos como a segunda maior geradora privada de energia do país, com capacidade instalada de 8,27 GW.

Iniciamos em 2017 um dos mais ambiciosos projetos de modernização em usinas hidrelétricas já realizados no País, com a previsão de investir cerca de R\$ 3 bilhões ao longo de dez anos para a atualização tecnológica de Jupiá e Ilha Solteira. Desta forma garantiremos o máximo de disponibilidade de nossas unidades geradoras por meio de soluções técnicas robustas e confiáveis, incluindo a implantação completa de processos automatizados, ao longo do prazo da concessão, que se estende até 2046.

A operação das duas grandes usinas do Rio Paraná reforça a prioridade que estamos dando para estabilizar nossos sistemas, integrar nossas equipes e construir uma cultura única. Temos um compromisso de longo prazo no País e, por isso, nossa Companhia precisa ser ágil, sólida e estar sempre pronta para cumprir a missão de prover energia limpa para as pessoas.

No decorrer do ano, buscamos as melhores práticas das empresas que compõe o grupo econômico a que a Companhia está inserida, tanto em processos, como em sistemas, controle de riscos e gestão de pessoas e as desdobramos para toda a Companhia. Temos como um importante desafio para os próximos anos a integração entre os colaboradores, seu desenvolvimento, a atração e, principalmente, a retenção de talentos.

Fizemos um diagnóstico dos riscos de nossas atividades, considerando os ambientes interno (nossa operação) e externo (regulatório, econômico, tecnológico, sociocultural), a partir do qual definimos os pilares e objetivos estratégicos para a condução dos nossos negócios. Também definimos uma Política e uma Estratégia de Sustentabilidade, que norteiam nossa atuação, pois são parte integral de nossos negócios.

Diante de um cenário complexo envolvendo o tema corrupção no Brasil, reforçamos nossas diretrizes de conformidade, fortalecemos a equipe de Riscos e *Compliance* e estabelecemos patamares rigorosos de conduta, demonstrando para nossa controladora, para a sociedade e o mercado que estamos lidando adequadamente com esses temas, de forma a garantir nossa reputação. Também ampliamos o escopo dos nossos valores, reforçando a

segurança como fator fundamental na nossa rotina, e lançamos o nosso Código de Ética, como parte importante do Programa de *Compliance*. O próximo passo será estender essas exigências de conduta para nossos fornecedores e parceiros.

O ano de 2017 continuou desafiador para os negócios, ainda marcado pela instabilidade econômica e política do País. Esse aspecto de curto prazo tem uma influência menor no desempenho da Companhia, uma vez que 70% da energia da Rio Paraná é comercializada pelo sistema de cotas estabelecido no contrato de concessão. Contudo, os aspectos regulatórios ainda afetam nossos resultados e, nesse sentido, o setor elétrico brasileiro registrou a continuidade das discussões sobre temas cruciais, como a revisão das garantias físicas e o risco hidrológico.

Adotamos diferentes abordagens de compra e venda de energia relacionada aos 30% que negociamos no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Esses movimentos se mostraram bem-sucedidos para garantir a receita líquida do ano de R\$ 2.732 milhões, 21,6% acima da registrada em 2016. A necessidade de comprar um maior volume de energia destinado a cobrir parte das exposições financeiras do mercado de curto prazo (GSF – *Generation Scalling Factor*) decorrente do cenário de baixa hidrologia verificada no ano de 2017, entretanto, afetou o Ebitda – que recuou 7,6%, para R\$ 1.820 milhões – e o lucro líquido, que somou R\$ 505 milhões, resultado 72,5% inferior ao de 2016.

No aspecto financeiro, uma grande conquista foi o reconhecimento da solidez de nossa gestão pelo mercado de capitais, com avaliações de risco de crédito em grau de investimento. Recebemos nosso primeiro *rating*, com classificação Ba1 na escala global e Aaa.br na escala nacional conferida pela Moody's, mesmo com o rebaixamento das notas atribuídas ao Brasil em janeiro de 2018.

O ano de 2017 foi marcado por muitas conquistas, o que representa desafios adicionais para enfrentarmos. Se 2016 foi o ano do crescimento e 2017 o ano da consolidação, vemos 2018 como um período de transformação. Sabemos que ainda temos muito trabalho pela frente para evoluirmos em governança, segurança e sistemas, fortalecendo a marca CTG Brasil e assim nos tornarmos o grupo que queremos ser no futuro.

Li Yinsheng

Presidente

## **CONTRATO DE CONCESSÃO**

O contrato de concessão da Rio Paraná Energia foi assinado em janeiro de 2016 com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), prevendo a operação e manutenção do serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, de acordo com o previsto na Lei nº 12.783, de 2013.

O Contrato regula a concessão de geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, outorgada pelo prazo de 30 anos, contados, de forma individualizada para cada usina hidrelétrica, a partir de 180 dias após a assinatura do contrato.

## **A COMPANHIA**

A Rio Paraná Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de junho de 2015, controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil). A companhia detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica – UHE Jupia e UHE Ilha Solteira –, com um total de 34 unidades geradoras, 4.995,2 MW de capacidade instalada e 2.617,5 MW médios de garantia física de energia.

A CTG Brasil, por sua vez, é uma subsidiária indireta da China Three Gorges Corporation (CTG), companhia estatal chinesa que é maior geradora de energia hidrelétrica do mundo, com capacidade instalada de aproximadamente 120 GW, em operação e em construção.

Em 2017, as duas usinas geraram 19.734,49 GWh de energia (12.369,18 GWh em Ilha Solteira e 7.365,31 GWh em Jupia). A receita líquida operacional regulatória da Rio Paraná Energia foi de R\$ 2.732 milhões, com EBITDA de R\$ 1.820 milhões. No encerramento do ano, empregava 278 colaboradores próprios e 95 contratados de terceiros e 1 estagiário.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da eclusa de Jupia, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

## **PARQUE GERADOR- CARACTERÍSTICAS FÍSICAS**

As usinas de geração hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia, objeto da concessão da Companhia, operam no regime de alocação de cotas de garantia física e de potência, com um total de 34 (trinta e quatro) unidades geradoras, 4.995,2 MW de capacidade instalada e 2.617,5 MW médios de garantia física de energia.

A UHE Jupia teve suas obras concluídas em 1974, possui 14 unidades geradoras com turbinas Kaplan, com potência instalada de 1.551,2 MW e dois grupos turbina-gerador para serviço auxiliar, com potência instalada de 4.750 kW em cada grupo,

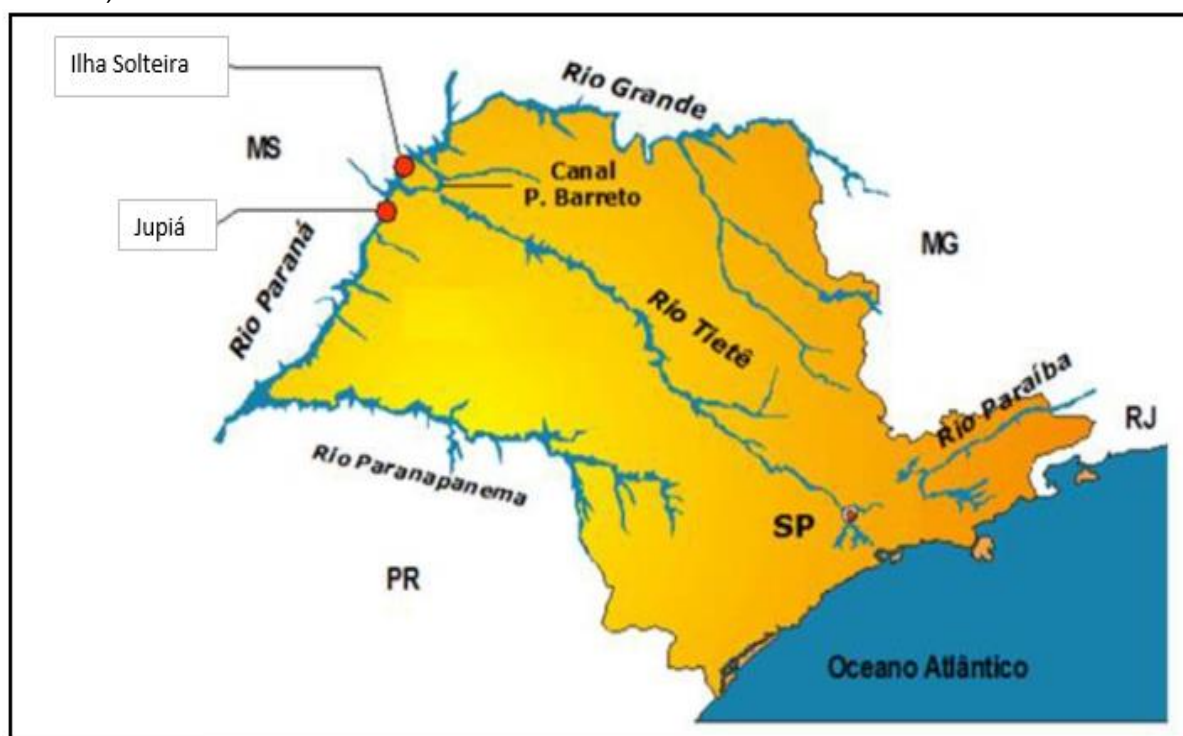


com uma garantia física de 886,0 MW médios. Sua barragem tem 5.495 metros de comprimento e seu reservatório ocupa 330 km<sup>2</sup>.

A UHE Ilha Solteira é a maior usina hidrelétrica das regiões Sudeste e Centro-oeste e a sexta maior em operação no Brasil. Concluída em 1978, possui 20 unidades geradoras com turbinas tipo Francis, com potência instalada de 3.444,0 MW, e garantia física de 1.731,5 MW médios. Sua barragem tem 5.605 metros de comprimento e seu reservatório ocupa 1.195 km<sup>2</sup>. Além da produção de energia elétrica, é de fundamental importância para o controle da tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por razões operacionais e energéticas, seu reservatório é integrado ao da usina hidrelétrica Três Irmãos, cuja concessionária é a Tijoá Energia, por meio do canal Pereira Barreto, com 9,6 mil metros de comprimento.

Usinas Hidrelétricas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Assinatura contrato de concessão	Vencimento da outorga
UHE Jupia	1969	14	1.551,2	886,0	05/01/2016	01/07/2046
UHE Ilha Solteira	1973	20	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	01/07/2046
Total		34	4.995,2	2.617,5		

As usinas estão instaladas na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Três Lagoas/MS e Castilho/SP (UHE Jupia) e Selvíria/MS e Ilha Solteira/SP (UHE Ilha Solteira).



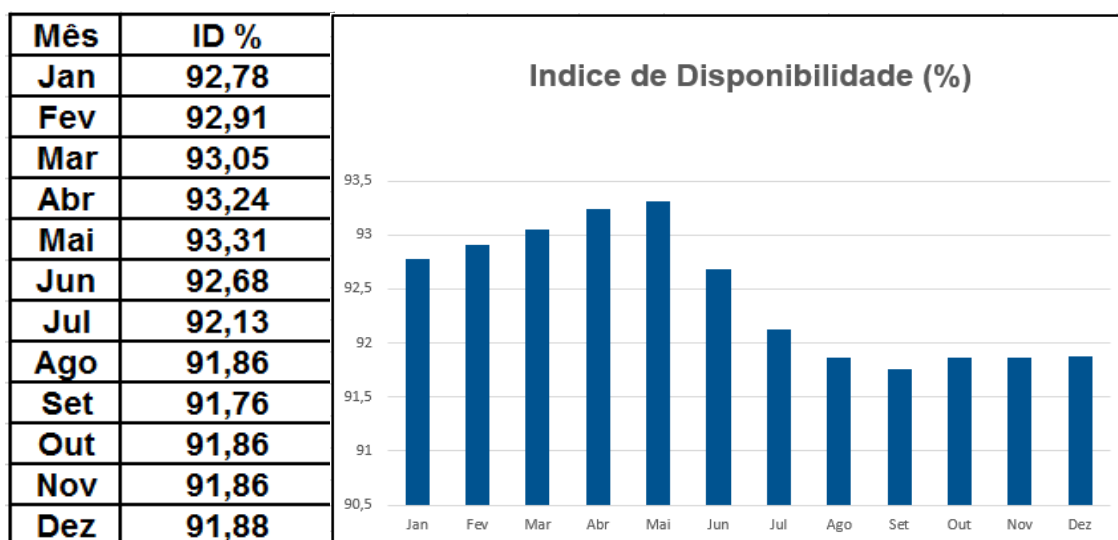
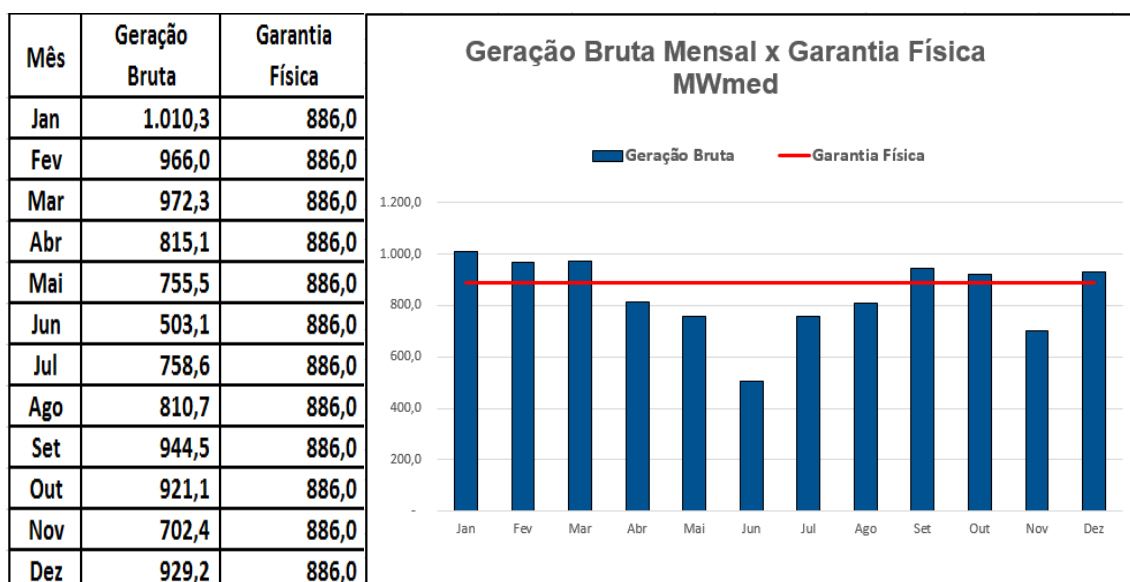
## PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da Rio Paraná é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico- ONS, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais.

Durante o ano de 2017, a geração das usinas atingiu os seguintes patamares:

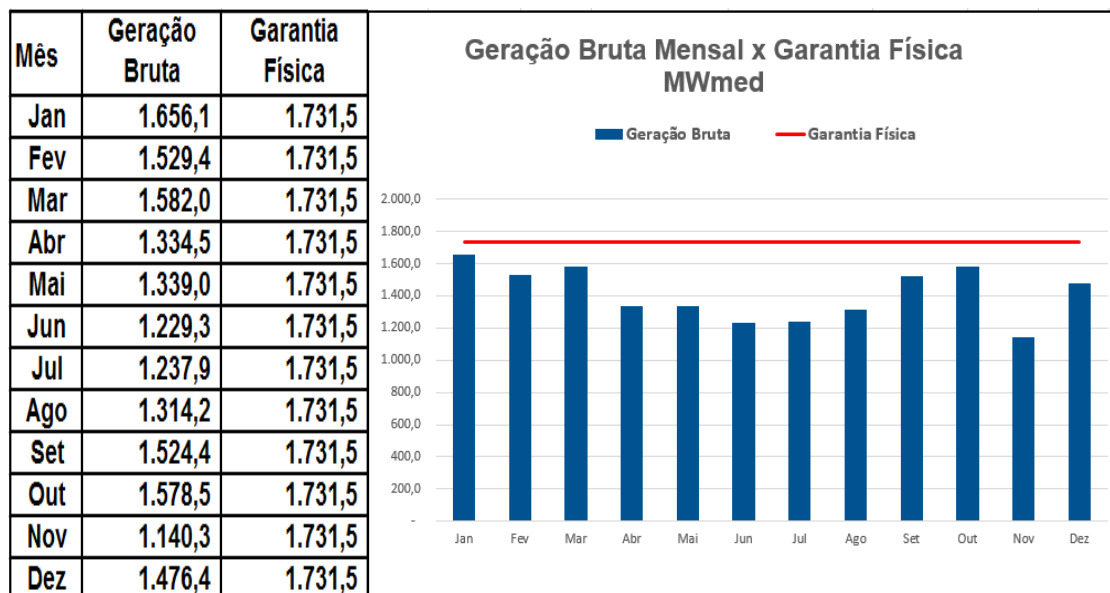
### UHE JUPIÁ

A Usina Hidrelétrica Jupiá durante o ano de 2017 permaneceu, em média, 618 horas e 34 minutos por mês disponível ao SIN (Sistema Interligado Nacional) e a geração bruta de energia foi de 840,8 MW médio.

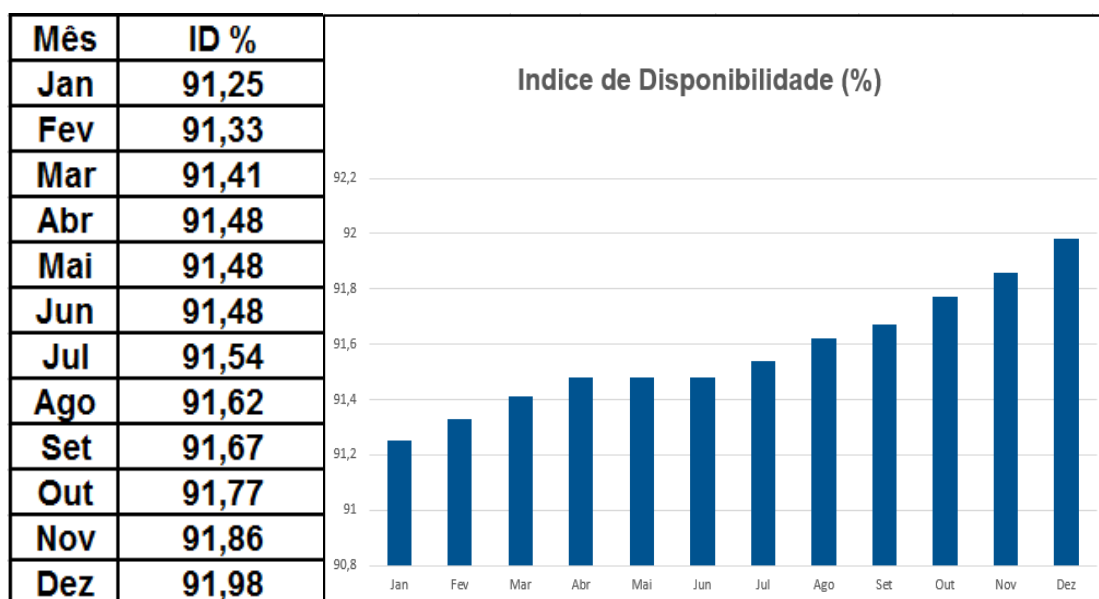


## UHE ILHA SOLTEIRA

A Usina Hidrelétrica Ilha Solteira durante o ano de 2017 permaneceu, em média, 697 horas e 21 minutos por mês disponível ao SIN (Sistema Interligado Nacional) e a geração bruta de energia foi de 1.412,0 MWmédio.



No ano 2017 a Disponibilidade Mensal da UHE Ilha Solteira "ID mês" atingiu os seguintes percentuais:



## **MODERNIZAÇÃO**

Os investimentos em 2017 totalizaram R\$ 343,6 milhões (R\$ 12,4 milhões em 2016). O principal projeto foi o início das obras de modernização das unidades geradoras das usinas hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira, orçado em R\$ 3 bilhões, com execução prevista pelo período de dez anos.

Os objetivos são restaurar os equipamentos até sua condição original, melhorar a confiabilidade e a eficiência nos processos de operação e manutenção, estender a vida útil de componentes eletromecânicos e garantir que as duas geradoras mantenham seu papel de protagonistas na matriz energética brasileira.

Expertise chinesa – Desde o início do processo de modernização, as equipes de Engenharia Capex e de Operação e Manutenção (O&M) têm o apoio de dez técnicos especialistas chineses, que trabalham lado a lado com os colaboradores brasileiros, trocando experiências e aprimorando procedimentos. Os profissionais compartilham o conhecimento acumulado pela CTG na China no desenvolvimento e na construção de grandes e complexos projetos hidrelétricos e adquirem conhecimento e experiências em processos de modernização no Brasil.

## **RECEITA/FATURAMENTO**

Receita Anual de Geração - RAG - Exclusivamente na parcela da Garantia Física de energia e de Potência destinada ao Regime de Cotas, a Companhia será remunerada por meio de Receita Anual de Geração- RAG, homologada pela ANEEL, por Usina hidrelétrica, a ser paga em parcelas duodecimais, sujeita a ajustes em decorrência do Padrão de Qualidade do Serviço de Geração Prestado, e excluída do montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais de PIS e COFINS.

A RAG será composta da parcela associada ao custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG, que inclui os investimentos em melhorias durante o prazo da Concessão, e da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, obtidas na licitação, bem como da parcela associada aos Custos da Gestão dos Ativos de Geração decorrentes de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição de responsabilidade da concessionária, da parcela de Ajuste por indisponibilidade e de outros encargos vigentes.

A RAG será reajustada anualmente pela ANEEL, no dia primeiro de julho, observado o prazo mínimo legal de doze meses da data da realização da Sessão Pública da Licitação das Concessões, ocorrida em 25 de novembro de 2015. Em 2017 os contratos no ambiente de contratação regulada foram reajustados em 9,9%.

Os valores das parcelas de GAG, de RBO, de Encargos de Uso e de Conexão e de outros encargos vigentes foram reduzidos em trinta por cento a partir de 1º de janeiro de 2017, data em que foi permitida à Companhia, a livre comercialização de trinta por cento da Garantia Física de energia e de Potência das Usinas Hidrelétricas.

## COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Embora 2017 tenha apresentado um quadro desafiador para a recuperação da economia brasileira, foram bem-sucedidos os esforços de venda de energia realizados nos anos anteriores, que tiveram como objetivo assegurar bons níveis de contratação em médio prazo.

Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da Rio Paraná estabeleceram que, até 31 de dezembro de 2016, toda energia oriunda das duas usinas fosse comercializada no regime de cotas de garantia física, com remuneração por tarifa regulada definida pela Aneel. A partir de 1º de janeiro de 2017, o contrato de concessão estabeleceu que 70% da energia gerada permaneceria comercializada no regime de cotas da garantia física, sendo os 30% restantes passíveis de negociação nos Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou Regulado (ACR), de acordo com a estratégia adotada pelo concessionário.

A energia total comercializada no ACL foi de 733 MW médios, equivalente à contratação de 96% da garantia física da Companhia nesse ambiente de contratação. Devido à situação hidrológica desfavorável do País, foi realizada a compra adicional de 135 MW médios, levando a um novo nível de contratação de 78%. A diferença entre o volume contratado e a garantia física, somada às compras adicionais, foi utilizada como *hedge* hidrológico, sendo destinada a cobrir parte das exposições financeiras do mercado de curto prazo decorrente do cenário de baixa hidrologia verificado no período.

Os esforços ativos da equipe comercial se concentraram em comercializar os volumes de energia disponível para venda em anos futuros, com o objetivo de assegurar bons níveis de contratação. Mesmo diante de um cenário macroeconômico instável, observou-se certa estabilidade dos preços da energia elétrica em médio e longo prazos, o que garantiu o sucesso da estratégia comercial. O volume de energia vendida, sem considerar Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE), foi de 6.423 GWh.

Os principais fatores que tiveram impacto sobre o desempenho comercial foram: a) alta volatilidade do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) decorrente da baixa hidrologia verificada no Sistema Interligado Nacional; b) grande exposição dos geradores hidráulicos ao GSF; c) incerteza quanto à retomada sustentável do crescimento econômico do Brasil que referencia a liquidez futura do mercado e a disposição de compra dos grandes consumidores de energia; e d) o elevado nível de judicialização verificado no setor elétrico no mercado de curto prazo.

A previsão do setor, com base no cenário de restrição hidrológica, é de maior volatilidade dos preços de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no horizonte de 2018 e 2019, o que tende a influenciar os preços de médio e longo prazos no ACL (2020 a 2022). Sendo assim, a Rio Paraná já estuda mecanismos de mitigação desse risco.

## MEIO AMBIENTE

O respeito pelo meio ambiente é essencial para a CTG Brasil cumprir sua missão de prover energia limpa para as pessoas por meio de projetos em harmonia com o planeta. Nesse

sentido, assumiu o compromisso com o uso sustentável dos recursos, a prevenção da poluição, a proteção da biodiversidade e restauração de habitats naturais e a adaptação às mudanças climáticas como parte de seu processo decisório.

As iniciativas de gestão ambiental atendem aos programas vinculados às licenças ambientais e aos processos de compensação e preservação. Entre elas, estão: repovoamento anual de peixes dos reservatórios; monitoramentos de biodiversidade (flora, fauna e ictiofauna), de qualidade da água dos reservatórios, arqueológico e do assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios, entre outras. Na Rio Paraná, o Plano Básico Ambiental (PBA) está em análise pelo Ibama.

No ano de 2017, foram lançados 2,14 milhões de alevinos de espécies nativas nos reservatórios das hidrelétricas Jupia e Ilha Solteira. As espécies selecionadas destinam-se a formar populações sustentáveis, e que também tenham valor econômico e cultural para as comunidades ribeirinhas. A iniciativa integra um programa de educação ambiental com mobilização de estudantes de escolas das regiões, que participam de palestras sobre a conservação dos rios e de suas margens e acompanham a soltura dos alevinos.

## **Operações**

No apoio à gestão dos riscos operacionais, são adotadas atividades de monitoramento e manutenção preventiva das usinas, o que assegura o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o cumprimento dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com os clientes. Os procedimentos também contribuem para a redução de custos e dos riscos de paradas não programadas das unidades geradoras de energia elétrica.

Há um programa estruturado nas usinas da Rio Paraná para o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm), que prevê reuniões anuais com as comunidades do entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Nesses encontros são esclarecidas dúvidas e abordadas informações sobre a operação dos reservatórios em épocas de seca e cheias e os possíveis impactos nas comunidades.

## **Programa de Monitoramento Hidrométrico**

Em atendimento a Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 03/2010 a Rio Paraná Energia - CTG Brasil possui uma rede hidrométrica que abrange a bacia hidrográfica de suas usinas, com estações de monitoramento fluviométrico, pluviométrico, limnimétrico, sedimentométrico e de qualidade da água.

Destaca-se que esta Resolução Conjunta é das mais complexas exigindo dos Agentes de geração a atualização das Curvas Cota x Área Volume (CAV) dos reservatórios e o seu controle, que deve ser monitorado em seções dos reservatórios, bem como os dados enviados periodicamente para análise e aprovação da Agência Nacional de Águas.

## **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Orientada por princípios de transparência, a Rio Paraná Energia S.A. adota as melhores práticas no relacionamento com seus públicos de interesse e na divulgação de informações. Esse modelo estabelece claras atribuições para a Administração da Companhia e assegura

a conformidade de suas ações, incluindo a contratação de auditoria independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração e a Diretoria têm mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho é responsável, entre outras atribuições, por estabelecer o direcionamento estratégico, fixar políticas, proteger o patrimônio da empresa, definir a política de dividendos e orientar a diretoria para maximizar o valor do negócio. Os quatro conselheiros – um presidente, um vice-presidente e dois conselheiros sem designação específica – são eleitos pela Assembleia Geral. A Diretoria é composta por três membros, todos sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

Mediante solicitação do acionista, pode ser instalado o Conselho Fiscal, que será composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

O Estatuto Social da Companhia prevê que qualquer conflito decorrente ou relacionado à questões societárias, será resolvido por arbitragem, em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá (a “CCBC”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

### **Direito dos acionistas**

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deverá distribuir 25% do lucro líquido após as deduções legais, a título de dividendos mínimos obrigatórios

### **Missão, Visão e Valores**

A Rio Paraná Energia segue o referencial estratégico da controladora, descrito a seguir:

**Missão:** Prover energia limpa para as pessoas por meio de projetos em harmonia com o planeta.

**Visão:** Tornar-se referência em geração de energia limpa no Brasil.

#### **Princípios e Valores:**

**Segurança-** Somos pessoalmente comprometidos, em todos os níveis, a trabalhar e viver com segurança, encorajando outros a fazerem o mesmo.

**Respeito -** Por tudo e por todos. Pela sociedade, funcionários, parceiros e, sempre, muito respeito às diferenças.

**Integridade -** Vai muito além das relações internas. Move as ações entre a organização e a sociedade, tendo a honestidade como princípio de todos nós.

**Dedicação -** Motivação, comprometimento e esforço para atingir os melhores resultados. Acreditamos que as recompensas são fruto de nossa dedicação.

Excelência - Cultivamos uma cultura de alto desempenho, realizando nossos trabalhos com excelência e buscando melhorar sempre.

Simplicidade - Realizamos tarefas com total transparência, de maneira clara e objetiva.

Felicidade - Trabalhar bem, satisfeito e feliz. Ter orgulho em fazer parte da CTG Brasil, de se integrar e colaborar em busca do mesmo propósito.

### **Estratégia de Sustentabilidade**

Ao longo de 2017, o tema sustentabilidade foi definido como um dos direcionadores para a criação de valor da CTG Brasil, o que motivou a elaboração de uma Política e de uma Estratégia de Sustentabilidade, inspiradas no princípio de que a Companhia tem como missão “gerar energia limpa para as pessoas por meio de projetos em harmonia com o planeta”. Por essa razão, está comprometida com a conservação e proteção ambiental, a saúde e a segurança de seus colaboradores, a melhoria da qualidade de vida da sociedade e com o desenvolvimento sustentável. Assim, a política e as ações de sustentabilidade foram definidas a partir da visão de cooperação e integração de longo prazo, considerando tanto o respeito ao meio ambiente como as questões socioeconômicas.

Com a definição da Estratégia, foram elaborados seis pilares de Sustentabilidade, cada um deles com metas, indicadores e planos de ação: Engajamento com a comunidade, Proteção ambiental, Sustentabilidade e Inovação nas Operações, Desenvolvimento e bem-estar dos Colaboradores, Responsabilidade na cadeia de valor e Atuação responsável – este último transversal a todas as operações.

O processo é coordenado pelo Comitê de Sustentabilidade e tem o apoio de Grupos de Trabalho, com o objetivo de assegurar que os princípios de responsabilidade social façam parte da governança e estejam refletidos em sua estrutura e cultura empresarial. Foram adotadas como referência as normas ISO 26000 e NBR 16000, de responsabilidade social, e ISO 14001, de gestão ambiental, focando na gestão sistemática de riscos e impactos socioambientais e oportunidades de promoção do desenvolvimento sustentável.

### **Controle de riscos**

Em 2017, após a estruturação da Diretoria de *Compliance*, Riscos e Auditoria, ocorrida no final de 2016, a Companhia iniciou o seu processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos, por meio do processo periódico de *Risk Assessment* para apoio na identificação e no monitoramento dos riscos que podem afetar negativamente os negócios. Relatórios periódicos serão divulgados ao Comitê Executivo.

Nesse processo, a equipe de Riscos aporta metodologia e ferramentas para que cada área e empresa do grupo acompanhe e adote medidas de mitigação para os tópicos sob sua responsabilidade, a exemplo de riscos financeiros, estratégicos, operacionais, legais/regulatórios, de conformidade, ambientais e de imagem e reputação.

Como exemplo, um dos riscos de alto impacto é o hidrológico, uma vez que as geradoras de energia convivem com a regulamentação em vigor que aloca mensalmente a garantia física de suas usinas segundo a relação entre o volume de energia efetivamente gerado pelo conjunto de usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e a soma da garantia física desses mesmos empreendimentos, que é estabelecida pelo poder concedente como máxima quantidade de energia que pode ser vendida. Com as restrições hídricas decorrentes do menor volume de chuvas em diferentes regiões do Brasil, nos últimos anos a geração hídrica tem ficado abaixo dos volumes de energia previamente comercializados, o que tem deixado as empresas expostas à necessidade de compra de energia no mercado de curto prazo, geralmente arcando com preços acima dos estabelecidos em contrato com seus clientes.

Como esse fator causa desequilíbrio financeiro para as geradoras, a CTG Brasil vem adotando uma estratégia de proteção (*hedge*) que objetiva reduzir e mitigar possíveis perdas financeiras. Além disso, mantém acompanhamento permanente de questões regulatórias, participando de discussões e decisões referentes ao tema e antevendo os riscos relacionados.

### **Código de ética e conduta**

Integridade é um dos valores da CTG Brasil e que orienta as atitudes no dia a dia dos negócios, estabelecendo a ética como um dos princípios fundamentais. Em 2017, como parte do processo de construção e aperfeiçoamento de padrões de gestão e governança, foi implementado o Programa de *Compliance* que incluiu a elaboração e publicação do Código de Ética e Conduta nos Negócios e das demais políticas que suportam o programa, abrangendo as melhores práticas do mercado em temas como conflitos de interesse e combate à corrupção. Todas as unidades controladas pela Companhia também foram avaliadas sob a ótica de riscos relacionados à corrupção.

O Código foi elaborado de forma multidisciplinar, envolvendo as áreas de *Compliance*, Recursos Humanos, Jurídico e Marca, Comunicação & Sustentabilidade, e aprovado pelo Comitê Executivo. O documento apresenta os princípios-chave que devem nortear o relacionamento entre a Companhia e os colaboradores, terceiros, acionistas e a sociedade em geral. Orienta também os colaboradores a conversar com o seu superior imediato ou encaminhar ao Comitê de Ética / Departamento de Compliance pedidos de orientação ou sugestões de melhorias do Código, que pode ser acessado em:

<https://cdn-site.contatoseguro.com.br/assets/img/hotsite/ctgbr/codigo-conduta.pdf>

Ao longo do ano, 100% dos colaboradores assinaram o termo de compromisso e passaram por treinamento presencial. Também receberam comunicações específicas em 2017 e durante a semana que antecedeu o Dia Mundial de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro. A partir de 2018 estará disponível um treinamento *online*, para a reciclagem anual obrigatória. Todos os documentos são publicados em português e inglês.

Para fornecedores e parceiros, foi estabelecido um processo de análise para contratação (*due diligence*), com levantamento de aspectos relacionados a riscos financeiros, legais,

ambientais e sociais. Em 2018 estão previstos a criação do Código de Conduta para Fornecedores e treinamentos específicos para parceiros, fornecedores e clientes sobre ética e conformidade.

### **Comitê de Ética**

Formado por gestores de diversas áreas e liderado pelo diretor-presidente, analisa as situações relacionadas à conduta e ao comportamento ético de colaboradores, parceiros e fornecedores. Também avalia questões que possam não estar claramente definidas no Código e podem comprometer a qualidade, segurança e transparência dos processos, bem como a reputação da Companhia.

### **Canal de Ética**

O Canal de Ética da Companhia, criado em 2017, é espaço para Colaboradores e público externo manifestarem situações de não conformidade envolvendo as empresas da CTG no Brasil, seus Colaboradores, terceiros e demais públicos de interesse. Atende 24 horas por dia, sete dias por semana, em português e inglês, por meio de telefone (0800 601 6888) ou internet (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>).

O canal pode receber relatos de suspeitas de fraude, suborno, lavagem de dinheiro, assédio sexual, assédio moral, discriminação, violência física, descumprimento de leis e diretrizes organizacionais, entre outros. É administrado por uma empresa independente, com garantia de sigilo e confidencialidade, de não retaliação e a possibilidade de manter o anonimato, pois a identificação é opcional. O processo pode ser acompanhado em consultas ao próprio canal. Em 2017, não foi registrado nenhum caso de corrupção.

## **INDICADORES SOCIAIS (INTERNOS E EXTERNOS)**

### **Gestão de pessoas**

Atrair, desenvolver e reter talentos, em um ambiente seguro, saudável e de excelência operacional é um dos grandes propósitos da CTG Brasil em gestão de pessoas, e também um grande desafio pela diferença de culturas e de maturidade de operação das empresas adquiridas entre 2015 e o final de 2016. Nesse sentido, as ações de integração foram o foco da Diretoria de Recursos Humanos em 2017, com o objetivo de quebrar qualquer tipo de barreira entre os colaboradores e disseminar os valores da Companhia, que repudia qualquer forma de discriminação, seja raça, credo, gênero, faixa etária ou origem social.

No encerramento de 2017, a Rio Paraná empregava 278 colaboradores próprios, 95 contratados de terceiros e 1 estagiário.

Receberam também reforço as ações de treinamento e desenvolvimento profissional, especialmente de capacitação de lideranças. Ao longo do ano, a Rio Paraná destinou R\$ 428 mil para treinamentos, em cursos *online* e presenciais que representaram a média de 58 horas por colaborador. O objetivo é mantê-los competitivos no mercado de trabalho, além de agregar resultados diferenciados para a Companhia, pois a qualificação se traduz em motivação e engajamento.

Destaque no ano foi a criação do programa *Energy Experts*, pelo qual colaboradores especialistas em diversas áreas dividem seus conhecimentos sobre temas relevantes de negócio, mercado e setor de energia. Foram realizadas 11 sessões, na sede e nas usinas, com a abordagem de cerca de 20 temas específicos do setor elétrico.

Outra iniciativa importante foi a primeira edição do *Leadership Development Program* (LDP), Programa de Desenvolvimento da Liderança, destinado a construir e aprimorar um ambiente de alto desempenho, preparando e engajando a liderança. Contou com a participação de 27 líderes da CTG Brasil (CEO, vice-presidentes e diretores) e incluiu uma edição internacional do treinamento, reunindo 19 líderes de diferentes áreas da China Three Gorges Corporation.

### **Gestão de contratos**

A cadeia de fornecedores é composta por pequenas, médias e grandes empresas e a Companhia tem como estratégia priorizar o relacionamento com empresas localizadas em cidades próximas das usinas hidrelétricas, como forma de incentivar o desenvolvimento de fornecedores locais, estreitar o relacionamento com as comunidades e fortalecer aspectos sociais e econômicos nas regiões em que atua.

Parcialmente centralizada, a gestão dos fornecedores ocorre em conjunto com a área Administrativa / Cadastro de Fornecedores e os gestores de contratos que solicitaram o material ou serviço, que são responsáveis pelo monitoramento mensal para assegurar o atendimento às obrigações pactuadas no momento da compra.

Os critérios de seleção dos fornecedores seguem princípios estabelecidos na Política de Compras, que leva em consideração aspectos técnicos e comerciais, saúde financeira da empresa que será contratada, além de atender a critérios de *compliance*, com atendimento à legislação vigente. Essa política e os procedimentos foram revistos no final de 2017 e passam por processo de aprovação interna.

Há um processo de avaliação de risco para todos os contratos de serviço, categorizando-os como alto e baixo. Esta análise é realizada de maneira integrada, para contemplar aspectos de meio ambiente, saúde e segurança. Os requisitos contratuais são analisados nos processos de liberação dos pagamentos com aval das áreas usuárias dos serviços, conforme Política de Contratos. Os acordos de investimentos significativos são submetidos para aprovação do Conselho Consultivo local e da CTG, na China. Em 2017, esse procedimento foi adotado para a contratação relacionada à modernização das UHEs Jupirá e Ilha Solteira.

Todos os contratos da Companhia incluem cláusulas de garantia dos direitos humanos e de responsabilidade social para exigir que o fornecedor contratado não utilize trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo. No ano, não foram identificados riscos dessa natureza nas operações.

## Comunidade

O engajamento com as comunidades é um dos pilares da Estratégia de Sustentabilidade da CTG Brasil, pelo entendimento de que fortalecer e transformar as localidades próximas às operações é essencial para o desempenho dos negócios. Essas iniciativas são gerenciadas pela Diretoria de Marca, Comunicação e Sustentabilidade e visam manter relacionamentos duradouros e participar da vida e do desenvolvimento das comunidades.

No ano, a Rio Paraná destinou R\$ 10,1 milhões como investimento social externo, sendo R\$ 9,8 milhões com recursos de leis de incentivo fiscal (como Rouanet, Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais de Idosos). As iniciativas beneficiaram mais de 14 mil pessoas diretamente.

Na linha de educação, destacou-se o apoio ao Projeto Guri, que promove aulas de diversos instrumentos musicais e beneficia áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica. No ano, 961 crianças e jovens participaram dessa iniciativa na região do Paraná.

Há apoio a apresentações teatrais, de filmes e contação de histórias, tendo como temas comuns a conscientização ambiental e a educação para o consumo consciente, apresentados nas peças *Um Reino sem Dengue* e *Por um Futuro Sustentável*. A Companhia patrocina espetáculos musicais, como o Festival de Música Popular Brasileira (MPB) de Ilha Solteira e o Recital de Inverno Clássicos de Ouro, do coral da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Ilha Solteira.

Como parte das iniciativas de relacionamento com as comunidades, são mantidos programas de visitas nas usinas da Rio Paraná, que receberam 10.636 pessoas em 2017.

Foi lançado no ano o Programa de Voluntariado da CTG Brasil, com o objetivo de fortalecer o espírito de solidariedade entre os colaboradores, em iniciativas que devem ser impulsionadas em 2018.

## Pesquisa e desenvolvimento tecnológico e científico

Em 2017, a Rio Paraná destinou R\$ 549,7 mil a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), seguindo a obrigação prevista nos contratos de concessão de aplicar no mínimo 1% da receita operacional líquida nessas iniciativas. Os projetos têm como premissa promover a cultura da inovação e estimular a geração de conhecimento no setor elétrico, a partir da criação de novos equipamentos e do aprimoramento da prestação de serviços.

Como parte do processo de integração da CTG Brasil, foi criada em 2017 uma Política de P&D, que estabeleceu as diretrizes e a governança para a seleção, priorização e aprovação de projetos. Sob esse novo modelo, foram conduzidas três consultas ao mercado para a seleção de projetos destinados à solução de problemas crônicos do setor, como a proliferação de plantas aquáticas e do mexilhão-dourado nos reservatórios de usinas hidrelétricas.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2017	2016	Varição %
<b>Indicadores Econômicos</b>			
Receita operacional bruta	3.160.241	2.576.827	22,6
(-) Deduções à receita operacional	(428.738)	(330.824)	29,6
Receita operacional líquida	2.731.503	2.246.003	21,6
(-) Custos e despesas operacionais	(1.373.130)	(736.520)	86,4
Resultado operacional	1.358.373	1.509.483	-10,0
Ebitda	1.819.938	1.969.972	-7,6
Margem ebitda - %	66,63%	87,71%	-21,1 pp
Resultado de participações societárias	(50)	-	-
Resultado financeiro	(522.708)	595.322	-187,8
Resultado antes dos impostos	835.615	2.104.805	-60,3
Lucro líquido do exercício	505.387	1.834.659	-72,5
Margem líquida - %	18,50%	81,69%	-63,2 pp
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,07205	0,26156	-72,5

	2017	2016	Varição %
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Ativos totais	14.135.784	14.672.077	-3,7
Dívidas em moeda nacional	2.703.007	2.702.005	0,0
Dívidas em moeda estrangeira	3.241.058	3.259.489	-0,6
Patrimônio líquido	6.857.943	7.335.308	-6,5

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### Receita Operacional Regulatória

Em 2017 a Companhia registrou uma receita operacional bruta de R\$ 3.160,2 milhões, representado pelas cotas de garantia física faturada e energia vendida no mercado livre, que após as deduções à receita operacional de R\$ 428,7 milhões relativas a impostos e encargos setoriais, resultou numa receita líquida de R\$ 2.731,5 milhões.

### Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais (gerenciáveis e não gerenciáveis) atingiram juntos o montante de R\$ 1.373,1 milhões, representado mais fortemente pelos encargos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) no montante de R\$ 357,8 milhões, pela compra de energia no montante de R\$ 404,7 milhões relativa às operações no mercado livre a partir de 2017 e pela amortização da outorga registrada no período por volta de R\$ 460,1 milhões.

## **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro apresentou um efeito negativo de R\$ 522,7 milhões principalmente pela redução da variação cambial no exercício de 2017, resultando num lucro líquido de R\$ 505,4 milhões após os impostos.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo do exercício social, referem-se somente à auditoria das Demonstrações Contábeis.

A Administração da Rio Paraná entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
 (Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
			<i>Reapresentado</i>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	630.150	1.023.841
Concessionárias e permissionárias	9	276.198	286.244
Tributos a recuperar	10	128.601	-
Partes relacionadas	11	-	31
Despesas antecipadas		6.388	5.187
Serviços em curso		550	-
Outros créditos		53.092	1.035
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.094.979</b>	<b>1.316.338</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros créditos		30	30
Investimentos		82	1
Imobilizado	12	153.930	8.300
Intangível	13	12.886.763	13.347.408
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>13.040.805</b>	<b>13.355.739</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.135.784</b>	<b>14.672.077</b>

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
			<i>Reapresentado</i>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	77.828	51.527
Partes relacionadas	11	183.449	81.866
Encargos setoriais	15	26.990	43.340
Salários, provisões e contribuições sociais		11.881	5.908
Tributos a recolher		122.557	159.901
Empréstimos	16	3.007	2.005
Juros sobre capital próprio		511.700	-
Dividendos		170.753	977.953
Outras obrigações		39.697	984
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.147.862</b>	<b>1.323.484</b>
<b>Não circulante</b>			
Encargos setoriais	15	14.868	-
Tributos a recolher		135.662	135.662
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	219.549	-
Empréstimos	16	2.700.000	2.700.000
Partes relacionadas	11	3.059.900	3.177.623
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.129.979</b>	<b>6.013.285</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.277.841</b>	<b>7.336.769</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Atribuível aos acionistas da Companhia			
Capital social	17.1	6.649.017	6.649.017
Reserva de lucros	17.2	208.926	686.291
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>6.857.943</b>	<b>7.335.308</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>14.135.784</b>	<b>14.672.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
		<i>Reapresentado</i>	
Suprimento de energia elétrica	18.1	3.160.241	2.576.827
<b>Receita</b>		<b>3.160.241</b>	<b>2.576.827</b>
<b>Tributos</b>			
Pis-Pasep		(52.261)	(152.411)
Cofins		(240.717)	(77.305)
		<b>(292.978)</b>	<b>(229.716)</b>
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(27.315)	(23.817)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(99.663)	(70.745)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(8.782)	(6.546)
		<b>(135.760)</b>	<b>(101.108)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>2.731.503</b>	<b>2.246.003</b>
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	18.3	(357.825)	(188.348)
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		<b>(357.825)</b>	<b>(188.348)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>2.373.678</b>	<b>2.057.655</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	19		
Pessoal	20	(71.095)	(52.851)
Material		(6.273)	(1.651)
Serviços de terceiros		(45.329)	(26.218)
Energia comprada para revenda	18.2	(404.723)	-
Depreciação e amortização		(461.565)	(460.489)
Seguros		(10.419)	(4.697)
Aluguéis		(2.522)	(481)
Outros		(13.379)	(1.785)
		<b>(1.015.305)</b>	<b>(548.172)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>1.358.373</b>	<b>1.509.483</b>
Equivalência patrimonial		(50)	-
		<b>(50)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>1.358.323</b>	<b>1.509.483</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas		410.665	2.078.648
Despesas		(933.373)	(1.483.326)
	21	<b>(522.708)</b>	<b>595.322</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>		<b>835.615</b>	<b>2.104.805</b>
<b>Despesas com impostos sobre os lucros</b>	22	(330.228)	(270.146)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>505.387</b>	<b>1.834.659</b>
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	23	0,07205	0,26156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	505.387	1.834.659
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>505.387</b>	<b>1.834.659</b>
<b>Atribuível a</b>		
Acionistas da Companhia	336.942	1.223.167
Participação dos não controladores	168.445	611.492
	<b>505.387</b>	<b>1.834.659</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.649.017</b>	<b>518.500</b>	<b>167.791</b>	<b>-</b>	<b>7.335.308</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	505.387	505.387
Lucro líquido do exercício	-	-	-	505.387	505.387
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>505.387</b>	<b>505.387</b>
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos mínimos não distribuídos	-	-	-	(170.752)	(170.752)
Dividendos intermediários conforme AGE de 15/12/2017	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendos adicionais conforme AGE de 03/04/2017	-	(180.000)	-	-	(180.000)
Juros sobre capital próprio	-	(602.000)	-	-	(602.000)
Transferência entre reservas	-	263.500	41.135	(304.635)	-
<b>Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas</b>	<b>-</b>	<b>(518.500)</b>	<b>41.135</b>	<b>(505.387)</b>	<b>(982.752)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.649.017</b>	<b>-</b>	<b>208.926</b>	<b>-</b>	<b>6.857.943</b>

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.676.217</b>	<b>63.829</b>	<b>4.479</b>	<b>-</b>	<b>4.744.525</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.834.659	1.834.659
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.834.659	1.834.659
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.834.659</b>	<b>1.834.659</b>
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					
Integralização de capital conforme AGE de 27/12/2016	1.972.800	-	-	-	1.972.800
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(775.733)	(775.733)
Dividendos adicionais	-	-	-	(440.943)	(440.943)
Transferência entre reservas	-	454.671	163.312	(617.983)	-
<b>Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas</b>	<b>1.972.800</b>	<b>454.671</b>	<b>163.312</b>	<b>(1.834.659)</b>	<b>756.124</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.649.017</b>	<b>518.500</b>	<b>167.791</b>	<b>-</b>	<b>7.335.308</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em milhares de reais)

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<i>Reapresentado</i>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	835.615	2.104.805
<b>Ajustes em:</b>		
Depreciação e amortização	461.564	460.489
Juros sobre empréstimos	365.867	288.734
Juros sobre partes relacionadas	139.462	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.015.780)
Variações cambiais, líquidos, sobre partes relacionadas	48.116	
Equivalência patrimonial	(50)	-
<b>Variação dos ativos</b>		
Concessionárias e permissionárias	10.046	(286.244)
Partes relacionadas	-	(31)
Despesas antecipadas	(1.201)	(5.187)
Tributos a recuperar	(128.601)	-
Serviços em curso	(550)	-
Outras variações	(50.282)	(1.066)
<b>Variação dos passivos</b>		
Fornecedores	26.301	9.960
Salários, provisões e contribuições sociais	5.973	5.908
Tributos a recolher	125.384	102.273
Encargos setoriais	(1.482)	84.907
Partes relacionadas	2.291	-
Outras variações	38.713	984
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>1.877.166</b>	<b>1.749.752</b>
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(1.187.953)	(260.000)
Juros pagos sobre empréstimos	(364.865)	-
Juros pagos sobre partes relacionadas	(124.092)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(363.707)	(76.856)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(2.040.617)</b>	<b>(336.856)</b>
<b>Fluxos de caixa da atividades de investimentos</b>		
Adições no ativo imobilizado e intangível	(148.324)	(13.816.197)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(148.324)</b>	<b>(13.816.197)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	-	1.972.800
Obtenção de empréstimos	-	2.700.000
Pagamento de principal sobre partes relacionadas	(81.916)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos	-	(2.262.071)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(81.916)</b>	<b>2.410.729</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(393.691)</b>	<b>(9.992.572)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.023.841	11.016.413
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	630.150	1.023.841
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(393.691)</b>	<b>(9.992.572)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
 REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1. Contexto operacional**

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupia e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupia e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

O valor da Bonificação pela Outorga – BO, do lote E foi de R\$ 13.803.752 com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira à vista no ato da assinatura do contrato de concessão, equivalente a 65% (sessenta e cinco) no valor de R\$ 8.972.439 e a segunda parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) no valor de R\$ 4.831.313 atualizados a taxa Selic, em até 180 (cento e oitenta) dias contados após a data da assinatura do contrato de concessão.

Contrato de Concessão MME	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento da Concessão
01/2016	Jupia	UHE - Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	1551,2	886,0	04/01/2016	05/01/2046
01/2016	Ilha Solteira	UHE - Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	3444,0	1731,5	04/01/2016	05/01/2046

Conforme mencionado na nota 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupia.

Em 2016 a Companhia vendeu 100% de sua energia no ambiente de contratação regulada em sistema de cotas. Conforme previsto no contrato de concessão a partir de 2017, 30% dos MWh vendidos foram comercializados no ambiente de contratação livre.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho (Em julho de 2017 o reajuste foi de 9,9%).

**1.2. Marco legal do setor elétrico**

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou Consultas Públicas (CP) que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”, cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas de aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão essa discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico para o meio de documento consolidado e detalhado intitulado “Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo”.

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A terceira, CP MME nº 42, apresenta as “Questões Relativas à Implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo”, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária. No relatório que permeia a referida consulta, autoridades do setor elétrico reconhecem que é almejado um mercado de energia com regras transparentes e previsíveis, onde o sinal econômico é vetor para a eficiência do mercado, de forma que a abordagem atualmente utilizada de formação de preço por meio de modelos computacionais tenha maior aderência à realidade operativa e seja eficiente na alocação de custos e riscos.

O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

### **1.3. Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de abril de 2018.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas considerando o custo histórico como base, como determinados instrumentos financeiros ajustados a valor de mercado (valor justo).

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo de determinados instrumentos financeiros são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- i. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ii. Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii. Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais, estão divulgadas na nota 4.

## **2.2. Moeda funcional e moeda de preparação**

As demonstrações contábeis regulatórias, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

## **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

## 2.4. Instrumentos financeiros

### 2.4.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	2017		2016	
		Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	630.150	630.150	1.023.841	1.023.841
Concessionárias e Permissionárias	Empréstimos e recebíveis	276.198	276.198	286.244	286.244
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	53.122	53.122	1.065	1.065
		959.470	959.470	1.311.150	1.311.150
Passivos financeiros					
Fornecedores	Outros passivos financeiros	77.828	77.828	51.527	51.527
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	3.243.349	3.243.349	3.259.489	3.259.489
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	26.990	26.990	43.340	43.340
Empréstimos	Outros passivos financeiros	2.703.007	2.703.007	2.702.005	2.702.005
Outras obrigações	Outros passivos financeiros	39.697	39.697	984	984
		6.090.871	6.090.871	6.057.345	6.057.345

### 2.4.2. Ativos financeiros

#### 2.4.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis na qual é definido da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial. Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e suas classificações vide notas 8 e 9.

Embora exista exposição e variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar) a Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

#### 2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os

ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

#### **2.4.2.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.4.2.4. Impairment de ativos financeiros**

##### **Ativos negociados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

#### **2.4.3. Passivos financeiros**

##### **2.4.3.1. Classificação**

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

- ii. Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### **2.4.3.2. Reconhecimento e mensuração**

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **2.5. Clientes – Concessionárias e Permissionárias**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referente ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

#### **2.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment***

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

#### **2.7. Despesas pagas antecipadamente**

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice.

#### **2.8. Serviços em curso**

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

## **2.9. Imobilizado**

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos do imobilizado são baixados em reformas, substituições, venda, perda e alienação dos bens. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício.

## **2.10. Ativos intangíveis**

### **2.10.1. Softwares**

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### **2.10.2. Bônus de outorga**

Constituída com base no valor pago pela Companhia, nos termos da lei 12.783/2013, originado pelo edital de leilão nº 12/2015 (E-1 e E-2), e está sendo amortizado mensalmente pelo prazo da outorga (Despachos ANEEL nº 245/2016 e nº 3.371/2016).

## **2.11. Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## **2.12. Fornecedores e outras contas a pagar**

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

## **2.13. Empréstimos e partes relacionadas**

Os empréstimos e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## **2.14. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## **2.15. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

No exercício de 2016 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido e no exercício de 2017 apura seus tributos com base no lucro real.

## **2.16. Benefícios a empregados**

### **2.16.1. Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (stock option).

## **2.17. Capital social**

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

## **2.18. Reconhecimento da receita**

### **2.18.1. Receita de comercialização de energia**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, de leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

#### **2.18.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas**

O valor da RAG está previsto no Contrato de Concessão, o qual que se regerá pela legislação em vigor e superveniente, pelas normas e regulamentos expedidos pelo poder concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

#### **2.18.3. Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

No período compreendido entre a data de assinatura do Contrato de Concessão e a efetiva assunção do serviço de geração pela Companhia, que ocorreu em 30 de junho de 2016, denominado como período de Operação Assistida, a concessionária anterior continuou sendo a responsável pela prestação dos serviços de geração e pelos bens da concessão, além de única beneficiária da RAG fixada pelo Poder Concedente, cabendo à Companhia apenas o recebimento da parcela do RBO na qual foi classificada como retorno de bonificação da outorga (não classificada como receita).

#### **2.18.4. Receita financeira**

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

#### **2.19. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

### **3. DEMONSTRACOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A. (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupia, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2017, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparará demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providenciará e disponibilizará demonstrações financeiras consolidadas do grupo no Brasil.

Segue abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Eclusas:

	2017	2016
Ativo	86	31
Passivo	5	44
Patrimônio líquido	81	-13

#### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

##### 4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua Controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

##### 4.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não se pronunciou a respeito das IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Vigência	Principais pontos introduzidos pela forma	Impactos relevantes da adoção
01/01/2018	i. Impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; ii. Novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; iii. Torna os requisitos para a contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.	O impacto relevante que será observado em função desse normativo será a respeito da estimativa de perdas de crédito. Diante da avaliação e reconhecimento que passa ser tratada de maneira prospectiva, mas que são irrelevantes em razão das cláusulas de proteção presentes nos contratos.
01/01/2018	i. Aprovação de contrato entre as partes; ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial; iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato firmado; iv. Alocação do preço à transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; v. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	A administração avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os pontos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do IFRS 15.  Outro impacto seria em relação ao risco de penalidade diante do não atingimento da disponibilidade mínima prevista no contrato de concessão. Além da Companhia já trabalhar com uma margem de risco, está em andamento o projeto de modernização para manter a disponibilidade de seu parque gerador.  Em razão do exposto, a administração entende que a aplicação das novas normas não trará impacto as demonstrações financeiras da Companhia.
01/01/2019	Leasing	A administração avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os pontos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do IFRS 16.

#### 5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

##### 5.1. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### **5.1.1. Risco de mercado**

##### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

#### **5.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. Para detalhes do impacto financeiro vide nota 5.1.5.

#### **5.1.3. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada ao departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamentos da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente de balanço patrimonial.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, é transferido para aplicações financeiras, onde é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo.

#### **5.1.4. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Em 2017 as principais agências de ratings de riscos financeiros mantiveram a classificação concedida em 2016 para a qualidade dos ativos financeiros pertencentes à Companhia.

No caso de clientes (ambiente mercado livre), a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores além de definir em contrato, cláusulas protetivas que garantirão a liquidação dos títulos como CDB's em garantias, garantias caução, pagamento antecipado entre outros.

O preço da energia elétrica vendida para clientes livres determinados nos contratos bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

#### 5.1.5. Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados às variações de:

- USD para o financiamento junto a China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L e,
- CDI para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L, caixa e equivalentes de caixa e nas aplicações financeiras na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. O quadro a seguir demonstra o impacto que esses cenários podem trazer para a Companhia:

Dívida	Indexador	2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Partes relacionadas	Dolar	(3.241.058)	1.665.597	832.799	(90.138)	(832.799)	(1.665.597)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	630.150	20.417	30.720	40.960	51.200	61.440
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>1.686.014</b>	<b>863.518</b>	<b>(49.178)</b>	<b>(781.599)</b>	<b>(1.604.157)</b>

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Dolar	1,7500	2,6250	3,5000	4,3750	5,2500
CDI	3,18%	4,78%	6,38%	7,97%	9,57%

Fonte de referências usadas para cenário provável: Relatório Focus-BACEN de 29 de dezembro de 2017.

#### 5.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para assim oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2017	2016
Empréstimos	16	2.703.007	2.702.005
Partes relacionadas	11	3.243.349	3.259.489
(-) Caixa e equivalentes de caixa	8	(630.150)	(1.023.841)
<b>Dívida líquida</b>		<b>5.316.206</b>	<b>4.937.653</b>
Patrimônio líquido	17.2	6.857.943	7.335.308
<b>Total do capital</b>		<b>12.174.149</b>	<b>12.272.961</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (%)*</b>		<b>43,7</b>	<b>40,2</b>

\* Dívida líquida / total do capital

### 5.3. Outros riscos

#### 5.3.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

#### 5.3.2. Risco de regulação

As atividades da empresa, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 5.3.3. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

### 5.4. Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua Controlada é o preço de concorrência atual.

## 6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas do crédito conforme quadro abaixo:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas			
Standard & Poor's	Moody's	2017	2016
B	BR-1	618.157	672.560
N/A	BR-1	478	335.168
N/A	N/A	11.513	16.107
*	*	2	6
		<b>630.150</b>	<b>1.023.841</b>

\* O saldo de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco

A Companhia atualmente adota um procedimento de crédito, fundamentado em consultas à sistemas de informações de crédito, que objetiva mitigar eventuais riscos de inadimplimento em recebimentos de clientes. Visando o aprimoramento deste procedimento, está em processo de aprovação pela Administração da Companhia a adoção de um modelo de rating que visa a classificação interna de crédito dos clientes.

## 7. RECLASSIFICAÇÃO DE CIFRAS

A Companhia efetuou ajustes na apresentação de suas demonstrações contábeis do exercício de 2016 demonstrados abaixo, pois entende que essa nova apresentação é uma forma aprimorada de expor sua posição patrimonial e desempenho do exercício e decorre do amadurecimento das operações da Companhia.

### 7.1. Efeitos da reapresentação

As reclassificações (e novas aberturas) na apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício de 2016, foram efetuadas para facilitar análises quantitativas. Não está sendo reapresentado os saldos de 01/01/2016, pois os ativos apresentavam apenas saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Ativo	2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Circulante</b>			
Outros créditos (i)	51	984	1.035
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>1.315.354</b>	<b>984</b>	<b>1.316.338</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros créditos	31	(1)	30
Investimentos	-	1	1
<b>Total do ativo</b>	<b>14.671.093</b>	<b>984</b>	<b>14.672.077</b>

Passivo e patrimônio líquido	2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Circulante</b>			
Fornecedores (ii)	9.960	41.567	51.527
Encargos setoriais (ii)	84.907	(41.567)	43.340
Tributos a recolher (iii)	295.563	(135.662)	159.901
Outras obrigações (i)	-	984	984
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.458.162</b>	<b>(134.678)</b>	<b>1.323.484</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos a recolher (iii)	-	135.662	135.662
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.877.623</b>	<b>135.662</b>	<b>6.013.285</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>14.671.093</b>	<b>984</b>	<b>14.672.077</b>

	2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal (iv)	(53.638)	787	(52.851)
Material	(1.275)	(376)	(1.651)
Alugueis	(480)	(1)	(481)
Outros	(1.375)	(410)	(1.785)

(i) Refere-se ao registro de bens remetidos, em poder de terceiros

(ii) Reclassificação devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis;

(iii) Reclassificação de circulante para não circulante referente a Pis/Cofins subjudice;

(iv) Reclassificação (R\$ 787) devido a mudanças na política de classificação das contas contábeis (R\$ 376 transferido para a rubrica de material e R\$ 410 transferido para a rubrica de outros).

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixas e bancos	119	86
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	630.031	1.023.755
	<b>630.150</b>	<b>1.023.841</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários, e aplicações em operações compromissadas lastreadas em Debêntures, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

## 9. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2017	2016
Contrato de leilão	202.934	286.244
Contratos bilaterais	66.929	-
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	6.335	-
	<b>276.198</b>	<b>286.244</b>

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de contratação Regulado ("ACR") e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), este segundo a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto no contrato de concessão.

### Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber:

Descrição - R\$ mil	Valores Correntes						Valores Renegociados		TOTAL	
	Corrente a vencer		Corrente vencida				Renegociada a vencer			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	2017	2016
Suprimento de energia	275.280	-	918	-	-	-	-	-	276.198	286.244
	275.280	-	918	-	-	-	-	-	276.198	286.244

### Estimativa para créditos de liquidação duvidosa ("ECLD")

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa, haja vista que em sua avaliação não existe, no momento, risco de perda provável.

## 10. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL	128.449	-	-	-
PIS e COFINS	149	-	-	-
Outros	3	-	-	-
	<b>128.601</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL	-	-	150.403	-
PIS e COFINS	16.860	135.662	9.074	135.662
Parcelamento (i)	6.613	-	-	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	90.300	-	-	-
Outros	8.784	-	424	-
	<b>122.557</b>	<b>135.662</b>	<b>159.901</b>	<b>135.662</b>

(i) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – Demais débitos, concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e confirmado através do recibo 08967099897980303220 de 25/08/2017. O débito é referente ao IRPJ e CSLL do exercício de 2016 a ser amortizado em 05 parcelas mensais e sucessivas, referente a 7,5% da dívida, e uma parcela única correspondente a 92,5% da dívida. A primeira parcela foi paga em 31/08/2017 e a última parcela será em 31/01/2018.

### 10.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em função da mudança do regime de tributação de lucro presumido adotado para o ano de 2016, para lucro real, a partir de 2017, a Companhia passou a contabilizar o imposto de renda e contribuição social diferidos. A composição dos saldos desses tributos pode ser assim demonstrada:

	Base	2017		Base	2016	
		IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
Diferenças temporárias						
Participação nos lucros e resultados (i)	(4.101)	1.026	370	-	-	-
Provisões	(193)	48	17	-	-	-
<b>Passivo de imposto diferido</b>						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	650.032	(162.507)	(58.503)	-	-	-
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>645.738</b>	<b>(161.433)</b>	<b>(58.116)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Prazo de realização estimado no exercício subsequente (03/2018)

## 11. PARTES RELACIONADAS

### 11.1. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

**a. Compra de produtos e serviços**

	2017
Partes relacionadas - coligadas	
CTG Brasil Negócios de Energia S.A. (i)	(15.920)
Rio Canoas Energia S.A. (i)	(12.952)
	<b>(28.872)</b>
Partes relacionadas - controladora	
China Three Gorges Brasil Ltda (ii)	(13.005)
	<b>(41.877)</b>

(i) Refere-se a compra de energia, conforme contrato firmado entre as partes em agosto de 2017.

(ii) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua controladora China Three Gorges Brasil Energia Ltda, aprovado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica conforme despacho nº 2018, de 10 de julho de 2017.

**b. Remuneração do pessoal-chave da administração**

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2017	2016
Salários e benefícios de curto prazo	2.963	615
	<b>2.963</b>	<b>615</b>

**c. Saldos do fim do exercício, decorrentes das operações com partes relacionadas**

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo - partes relacionadas				
Rio Paraná Eclusas S.A. (i)	-	-	31	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>-</b>
Passivo - partes relacionadas				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L (ii)	181.158	3.059.900	81.866	3.177.623
China Three Gorges Brasil Ltda (iii)	2.291	-	-	-
	<b>183.449</b>	<b>3.059.900</b>	<b>81.866</b>	<b>3.177.623</b>

(i) Refere-se a despesas pagas pela Companhia;

(ii) Refere-se a contrato de cessão de dívida, firmado em 22 de agosto de 2016;

(iii) Decorrente de contrato de compartilhamento de despesas administrativas.

## 11.2. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão onde a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,02% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho ANEEL nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. O prazo de vencimento será em 21 de setembro de 2020.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

### 11.2.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

	2016	Variação Cambial	Pagamentos	Juros	Transferências entre CP x LP	2017
<b>Passivo circulante</b>						
Principal	81.477	1.936	(81.916)		163.902	165.399
Juros	389		(124.092)	139.462		15.759
	<b>81.866</b>	<b>1.936</b>	<b>(206.008)</b>	<b>139.462</b>	<b>163.902</b>	<b>181.158</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Principal	3.177.623	46.179			(163.902)	3.059.900
	<b>3.177.623</b>	<b>46.179</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(163.902)</b>	<b>3.059.900</b>
<b>Total</b>	<b>3.259.489</b>	<b>48.115</b>	<b>(206.008)</b>	<b>139.462</b>	<b>-</b>	<b>3.241.058</b>

## 12. IMOBILIZADO

### 12.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Geração</b>					
Terrenos		29.262	(29.262)	-	
Reservatórios, Barragens e Aduas		715.896	(715.896)	-	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,7%	437.396	(435.913)	1.483	3.252
Máquinas e Equipamentos	8,6%	569.994	(567.982)	2.012	1.213
Veículos	13,2%	2.280	(329)	1.951	1.809
Móveis e Utensílios	2,2%	726	(215)	511	16
Subtotal		1.755.554	(1.749.597)	5.957	6.290
<b>Administração</b>					
Máquinas e equipamentos	14,3%	119	(21)	98	100
<b>Em Curso</b>					
<b>Geração</b>					
Outros		147.875		147.875	1.910
		<b>1.903.548</b>	<b>(1.749.618)</b>	<b>153.930</b>	<b>8.300</b>

## 12.2. Movimentação do ativo imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Deprec. Acumulada Início Concessão	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	<b>1.755.331</b>	<b>1.999</b>	-	(1.776)	<b>1.755.554</b>	<b>223</b>	<b>(692)</b>	<b>(1.748.905)</b>	<b>5.957</b>	<b>6.290</b>
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	715.896	-	-	-	715.896	-	-	(715.896)	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	439.123	49	-	(1.776)	437.396	(1.727)	(71)	(435.842)	1.483	3.252
Máquinas e Equipamentos	568.998	996	-	-	569.994	996	(276)	(567.706)	2.012	1.213
Veículos	1.837	443	-	-	2.280	443	(329)	-	1.951	1.809
Móveis e Utensílios	215	511	-	-	726	511	(16)	(199)	511	16
<b>Administração</b>	<b>104</b>	<b>15</b>	-	-	<b>119</b>	<b>15</b>	<b>(21)</b>	-	<b>98</b>	<b>100</b>
Máquinas e Equipamentos	104	15	-	-	119	15	(21)	-	98	100
<b>Subtotal (AIS)</b>	<b>1.755.435</b>	<b>2.014</b>	-	(1.776)	<b>1.755.673</b>	<b>238</b>	<b>(713)</b>	<b>(1.748.905)</b>	<b>6.055</b>	<b>6.390</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>										
<b>Geração</b>	<b>1.910</b>	<b>145.965</b>	-	-	<b>147.875</b>	<b>145.965</b>	-	-	<b>147.875</b>	<b>1.910</b>
Outros	1.910	145.965	-	-	147.875	27.893	-	-	147.875	1.910
<b>Subtotal (AIC)</b>	<b>1.910</b>	<b>145.965</b>	-	-	<b>147.875</b>	<b>145.965</b>	-	-	<b>147.875</b>	<b>1.910</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado (AIS+AIC)</b>	<b>1.757.345</b>	<b>147.979</b>	-	(1.776)	<b>1.903.548</b>	<b>146.203</b>	<b>(713)</b>	<b>(1.748.905)</b>	<b>153.930</b>	<b>8.300</b>

## 12.3. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições ao Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
<b>Em serviço</b>	<b>1.627</b>	<b>387</b>	-	-	<b>2.014</b>
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	49	-	-	-	49
Máquinas e Equipamentos	996	-	-	-	996
Veículos	443	-	-	-	443
Móveis e Utensílios	124	387	-	-	511
Máquinas e equipamentos	15	-	-	-	15
<b>Em curso</b>	<b>141.919</b>	-	<b>4.046</b>	-	<b>145.965</b>
Outros	141.919	-	4.046	-	145.965
<b>Total</b>	<b>143.546</b>	<b>387</b>	<b>4.046</b>	-	<b>147.979</b>

## 12.4. As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	Reforma e Adaptacao das Instalações	387
2	Software Gestão Fundiária e Ambiental	299
3	Caminhao Ford Cargo 2429 Cabine Simples	215
4	Guindaste Madal, Capacidade de 10 Ton	198
5	Coletor de Dados	111
6	Guindaste Marca Madal, Mod. Md 11 A	63
7	Aparelho Contador de Particulas	50
8	Microhmimetro	49
9	Portões de Acesso a Barragem	48
10	Maquina p/ Banho de Calibração	43

## 12.5. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
<b>Geração</b>	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
<b>Administração</b>	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

## 12.6. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da ANEEL de 8 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 13. INTANGÍVEL

### 13.1. Composição do intangível

	Taxa média anual de amortização	2017			2016
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração					
Bônus de Outorga	3,4%	13.343.626	(460.125)	12.883.501	13.343.626
Softwares	18,9%	936	(177)	759	-
		13.344.562	(460.302)	12.884.260	13.343.626
Administração					
Softwares	21,6%	3.192	(689)	2.503	3.782
		3.192	(689)	2.503	3.782
		13.347.754	(460.991)	12.886.763	13.347.408

### 13.2. Movimentação do intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
<b>Geração</b>	<b>13.803.752</b>	<b>345</b>	<b>-</b>	<b>590</b>	<b>13.804.687</b>	<b>935</b>	<b>(920.426)</b>	<b>12.884.261</b>	<b>13.343.626</b>
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(920.250)	12.883.502	13.343.626
Softwares	-	345	-	590	935	935	(176)	759	-
<b>Administração</b>	<b>4.005</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(590)</b>	<b>3.415</b>	<b>(590)</b>	<b>(913)</b>	<b>2.502</b>	<b>3.782</b>
Softwares	4.005	-	-	(590)	3.415	(590)	(913)	2.502	3.782
<b>Subtotal</b>	<b>13.807.757</b>	<b>345</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.808.102</b>	<b>345</b>	<b>(921.339)</b>	<b>12.886.763</b>	<b>13.347.408</b>
<b>Total do Ativo intangível</b>	<b>13.807.757</b>	<b>345</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.808.102</b>	<b>345</b>	<b>(921.339)</b>	<b>12.886.763</b>	<b>13.347.408</b>

#### 14. FORNECEDORES

	2017	2016
Materiais e serviços contratados	6.617	9.960
Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão - TUST	44.015	41.567
Suprimento de energia elétrica	27.196	-
	<b>77.828</b>	<b>51.527</b>

#### 15. ENCARGOS SETORIAIS

Conforme Contrato de Concessão firmado pela Companhia e pelo Poder Concedente (ANEEL), a Companhia tem o dever de atender as obrigações regulatórias constantes no contrato.

Essas obrigações estão relacionadas pela utilização do direito de exploração das usinas hidrelétricas.

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	2017		2016
	Circulante	Não circulante	Circulante
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH	15.766	-	24.036
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.613	14.868	18.213
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	611	-	1.091
	<b>26.990</b>	<b>14.868</b>	<b>43.340</b>

##### Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

##### Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

##### Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional

Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANEEL. Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da ANEEL.

O saldo da conta de P&D para investimentos em projetos em 31/12/2017 é de R\$ 22.176 (R\$ 9.949 em 31/12/2016).

Segue abaixo os saldos constituídos e a movimentação:

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	2017	2016
FNDCT	2.203		2.203	5.509
MME	1.102		1.102	2.755
P&D		22.176	22.176	9.949
	<b>3.305</b>	<b>22.176</b>	<b>25.481</b>	<b>18.213</b>

Mutação dos Saldos de P&D:	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldos em 31/12/2016	5.509	2.755	9.949	18.213
Constituições	11.326	5.663	10.925	27.914
Juros Selic	-	-	1.302	1.302
Recolhimentos	(14.632)	(7.316)	-	(21.948)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>2.203</b>	<b>1.102</b>	<b>22.176</b>	<b>25.481</b>
Circulante	2.203	1.102	7.308	<b>10.613</b>
Não Circulante	-	-	14.868	<b>14.868</b>

## 16. EMPRÉSTIMOS

### 16.1. Composição e vencimento

Remuneração	Vencimento	2017			
		Circulante			Não circulante
		Principal	Juros	Total	Total
13,36% ao ano	28/06/2019	-	3.007	3.007	2.700.000
		-	<b>3.007</b>	<b>3.007</b>	<b>2.700.000</b>

Remuneração	Vencimento	2016			
		Circulante			Não circulante
		Principal	Juros	Total	Total
13,36% ao ano	28/06/2019	-	2.005	2.005	2.700.000
		-	<b>2.005</b>	<b>2.005</b>	<b>2.700.000</b>

## 16.2. Vencimento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Frequência de	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de principal e		
			2018	2019	Total
Financ./Emprést. Moeda Nacional					
Banco Tóquio-Mitsubishi UFJ BRL S.A.	Único	Final	-	2.700.000	2.700.000

## 16.3. Movimentação do empréstimo

	CTG LUX
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	2.702.005
Pagamento de juros	(364.865)
Apropriação juros	365.867
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.703.007</b>

As variações do saldo de empréstimos decorrem da movimentação normal do presente exercício.

## 16.4. Características dos contratos de empréstimos

Em junho de 2016, a Companhia contratou um único empréstimo junto ao Banco Tokyo, no valor de R\$ 2.700.000, com vencimento único previsto para junho de 2019, com pagamentos de juros trimestrais a partir de setembro de 2016 de 13,36% ao ano.

Para este contrato a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiras, geração de caixa e outros.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data próximo Pcto. Juros	Frequência Pcto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final
<b>Financ./Emprést. Moeda Nacional</b>						
Banco Tóquio-Mitsubishi UFJ BRL S.A.	13,36%	-	29-03-2018	trimestral	28-06-2019	28-06-2019

### 16.4.1. Garantias contratuais

A garantia do empréstimo é o aval da matriz da Companhia denominada China Three Gorges Corporation.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros Longo Prazo	Saldo Total	Adimplente	Data Captação/Repactuação	Tipo de Garantia
<b>Financ./Emprést. Moeda Nacional</b>							
Banco Tokyo - Mitsubishi UFJ BRL S.	2.005	-	2.700.000	2.702.005	Sim	29/06/2016	Aval

### 16.4.2. Cláusulas restritivas

Em conexão com o empréstimo contratado, a Companhia deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, não superior a 4,5 até o final de cada ano fiscal. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

## 17. PATRIMONIO LIQUIDO

### 17.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 31/12/2017 (em milhares de ações)		
	Ordinárias	%
<b>Acionista</b>		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	<b>7.014.326.211</b>	<b>100,00</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

### 17.2. Reservas de lucros

#### 17.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

#### 17.2.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

#### a) Destinação do lucro do exercício

	2017	2016
Lucro do exercício	505.387	1.834.659
Reserva legal	(41.135)	(163.312)
Dividendos	(200.752)	(775.733)
Dividendos adicionais	-	(440.943)
Reserva de retenção de lucros	(263.500)	(454.671)
	-	-

#### b) Composição de dividendos a pagar

	2017	2016
Dividendos	170.753	977.953
	<b>170.753</b>	<b>977.953</b>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do

exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente;

## 18. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 18.1. Energia elétrica vendida

Receita Bruta	Nº de consumidores		GWh (*)		R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Suprimento faturado</b>	<b>68</b>	<b>45</b>	<b>21.396,9</b>	<b>28.518,4</b>	<b>2.958.225</b>	<b>2.307.728</b>
ACR - Ambiente de Contratação Regulada (quotas)	49	45	14.973,9	28.518,4	2.138.050	2.307.728
ACL - Ambiente de Contratação Livre	19	-	6.423,0	-	780.064	-
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia					23.565	-
MCP - Mercado de Curto Prazo					16.546	-
Provisão ACR	-	-	-	-	202.016	269.099
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>45</b>	<b>21.396,9</b>	<b>28.518,4</b>	<b>3.160.241</b>	<b>2.576.827</b>

(\*) Considera cotas e contratos de venda e não considera Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE).

Em 2016 a Companhia vendeu 100% de sua energia no ambiente de contratação regulada em sistema de cotas. Conforme previsto no contrato de concessão a partir de 2017, 30% dos MWh vendidos foram comercializados no ambiente de contratação livre.

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL em 31 de dezembro de 2017:

	Mwméd*	
	2017	2016
<b>Energia disponível para venda</b>	<b>2545</b>	<b>2545</b>
<b>Cota</b>	<b>1782</b>	<b>2545</b>
<b>ACR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2016 (3 anos)	0	0
<b>ACL</b>	<b>601</b>	<b>0</b>
Contratos bilaterais de venda de energia	733	0
Contratos bilaterais de compra de energia	132	0
<b>Energia livre para contratação</b>	<b>162</b>	<b>0</b>
<b>Percentual de energia contratada</b>	<b>93,6%</b>	<b>100,0%</b>

\* Não auditado pelos auditores independentes.

## 18.2. Energia comprada para revenda

Energia elétrica comprada	2017	2016
Contratos bilaterais	(396.307)	-
Mercado de curto prazo (MCP)	(38.404)	-
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	(8.850)	-
(-) Crédito de PIS	6.928	-
(-) Crédito de COFINS	31.910	-
	<b>(404.723)</b>	<b>-</b>

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre e, conseqüentemente, do efeito do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação da exposição através de compras na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

## 18.3. Encargos de uso da rede elétrica

Encargos de uso da rede elétrica	2017	2016
Tust	388.154	185.795
Tusd	5.803	2.553
Encargos de conexão	127	-
(-) Crédito de PIS	6.468	-
(-) Crédito de COFINS	29.791	-
	<b>357.825</b>	<b>188.348</b>

## 19. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2017			2016
	De operação	Gerais e administrativas	Total	Total
<b>Gerenciáveis</b>				
Pessoal e administradores	56.102	14.993	71.095	52.851
Material de manut edif obras civis benfeitorias	886	-	886	160
Material de manut maquinas e equipamentos	2.630	-	2.630	561
Materiais e ferramentas de trabalho	600	-	600	172
Material para meio ambiente	562	-	562	21
Material - Outros	1.393	202	1.595	737
Serviços de terceiros - Consultorias	4.317	1.041	5.358	6.511
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	2.243	-	2.243	1.065
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	1.881	-	1.881	887
Serviços de terceiros - Meio ambiente	3.662	-	3.662	602
Serviços de terceiros - Energia elétrica	162	-	162	114
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	13.005	13.005	10.010
Serviços Manutenção	13.909	-	13.909	-
Serviços de terceiros - Outros	3.079	2.030	5.109	7.029
Energia comprada para revenda	404.723	-	404.723	-
Depreciação	555	-	555	136
Amortização	461.010	-	461.010	460.353
Seguros	10.362	57	10.419	4.697
Aluguéis e arrendamentos	1.365	1.157	2.522	481
Outros	3.248	10.131	13.379	1.785
	<b>972.689</b>	<b>42.616</b>	<b>1.015.305</b>	<b>548.172</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas administrativas - Remuneração e benefícios	12.334	4.778
Despesas administrativas - Custos previdenciários	2.659	1.516
Custos operacionais - Remuneração e benefícios	25.021	39.531
Custos operacionais - Custos previdenciários	31.080	7.027
	<b>71.095</b>	<b>52.851</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
<b>Receitas</b>		
Variação cambial ativa	352.225	1.870.661
Aplicações financeiras	54.144	207.228
Outras	4.296	759
	<b>410.665</b>	<b>2.078.648</b>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre empréstimos	(365.867)	(232.919)
Juros sobre partes relacionadas	(139.462)	(55.815)
Tarifas bancárias	(17)	(12)
Comissões	(896)	(343)
Variação cambial passiva	(400.340)	(854.880)
Imposto sobre empréstimos e partes relacionadas	(21.940)	(15.910)
Atualização bonificação da outorga	-	(319.679)
Outras	(4.851)	(3.768)
	<b>(933.373)</b>	<b>(1.483.326)</b>
	<b>(522.708)</b>	<b>595.322</b>

## 22. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Para 2017, em função dos enquadramentos legais, a Companhia passou a operar pelo lucro real.

		2017			
	Base	IRPJ		CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	835.615				
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL		15%	10%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação		(125.342)	(83.562)	(75.205)	(284.109)
Juros sobre capital próprio	(602.000)	90.300	60.200	54.180	204.680
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva					
Adições					
Temporárias					
Variação cambial	417.792	(62.669)	(41.779)	(37.601)	(142.049)
Participação nos lucros e resultados	4.101	(615)	(410)	(369)	(1.394)
Equivalência patrimonial	50	(8)	(5)	(5)	(19)
Doações	10.055	(1.508)	(1.006)	(905)	(3.420)
Outros	1.405	(211)	(141)	(126)	(478)
		(65.011)	(43.342)	(39.006)	(147.360)
Exclusões					
Temporárias					
Variação cambial	(352.225)	52.834	35.223	31.700	119.757
Permanentes		-	-	-	-
Ajuste a valor presente - Projetos para grandes reparos		-	-	-	-
		52.835	35.223	31.700	119.757
IRPJ e CSLL	314.793	(47.219)	(31.455)	(28.332)	(107.006)
Incentivo fiscal - Doações		2.834	-	-	2.834
Incentivo fiscal - PAT		644	-	-	644
Ajuste de exercícios anteriores	21.026	(3.154)	(2.103)	(1.892)	(7.149)
IRPJ e CSLL correntes		(46.895)	(33.558)	(30.224)	(110.677)
Participação nos lucros e resultados	(4.101)	615	410	369	1.394
Variação cambial	650.032	(97.505)	(65.003)	(58.502)	(221.010)
Provisões	(193)	29	19	17	65
IRPJ e CSLL diferidos		(96.861)	(64.574)	(58.116)	(219.551)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado		(143.756)	(98.132)	(88.340)	(330.228)
Alíquota efetiva		0,17	11,7%	10,6%	39,5%

	2016			
	Base	IRPJ	CSLL	Total
Receita bruta de venda de energia	2.576.827	2.576.827	2.576.827	
Receitas financeiras		561.187	638.492	
		<b>3.138.014</b>	<b>3.215.319</b>	<b>-</b>
<b>Base de cálculo</b>				
Receita bruta de venda de energia	6.777	206.146	231.914	
Receitas financeiras	(2.347)	561.187	638.492	
IRPJ e CSLL	2.581.258	(191.809)	(78.337)	(270.146)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>		<b>(191.809)</b>	<b>(78.337)</b>	<b>(270.146)</b>
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>		<b>(191.809)</b>	<b>(78.337)</b>	<b>(270.146)</b>
Alíquota efetiva		5,4%	3,8%	13,0%

## 23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2017	2016
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Ordinários	505.387	1.834.659
	<b>505.387</b>	<b>1.834.659</b>
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>		
Ordinários	7.014.326	7.014.326
	<b>7.014.326</b>	<b>7.014.326</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Ordinários	<b>0,07205</b>	<b>0,26156</b>

## 24. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos de engenharia e de responsabilidade civil para assegurar os riscos referentes às obras civis, seguros para riscos operacionais para danos materiais e quebra de máquinas, seguros para danos ambientais, seguros de veículos, seguro de imóvel e fiança locatícia.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante correspondente aos seguros é de R\$ 6.388 (R\$ 4.621 em 31 de dezembro de 2016).

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Classificação	Vigência	Premio (R\$)	2017	2016
Riscos de engenharia	16/04/2017 a 03/06/2018	2.212	825	-
Riscos operacionais	04/08/2017 a 04/08/2018	8.929	5.284	4.452
Responsabilidade civil obras	16/04/2017 a 03/06/2018	234	87	-
Responsabilidade civil geral	04/08/2017 a 04/08/2018	235	139	132
Veículos	04/04/2017 a 04/04/2018	16	4	-
Veículos	20/04/2017 a 20/04/2018	25	8	-
Danos ambientais	04/08/2017 a 04/08/2018	60	36	37
Fiança locatícia	10/03/2017 a 10/03/2018	7	1	-
Fiança locatícia	03/04/2017 a 03/04/2018	11	2	-
Fiança locatícia	01/05/2017 a 01/05/2018	5	1	-
Imóvel	22/08/2017 a 22/08/2018	3	1	-
			<b>6.388</b>	<b>4.621</b>

## 25. COMPROMISSOS

### 25.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia no ambiente livre negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2045.

Para o projeto de grandes reparos a Companhia já contratou o montante total de R\$ 488 milhões para a primeira fase da reforma.

## 26. PROVISÕES PARA RISCOS

Em função do contrato de concessão assumido em 05 de janeiro de 2016, a Companhia poderá assumir os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo ("CESP").

Em função da discussão sobre o Novo Código Florestal todos os processos em que a CESP figura como parte estão suspensos até o julgamento sobre o tema no Supremo Tribunal Federal. No decorrer da suspensão, a CESP peticionou nos autos dos processos requerendo a substituição do polo para que a Rio Paraná passe a figurar como parte.

Somente após a análise e deferimento do pedido feito pela CESP é que a Companhia poderá assumir a condição de todos os processos. Portanto, até esse momento os advogados da Companhia entendem que não há uma perda provável a ser provisionada.

### 26.1. Contingências possíveis

	2017	2016
Trabalhista	233	-
Tributárias	420.000	-
	<b>420.233</b>	<b>-</b>

#### a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 233. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, de ex-empregados ou empregados terceirizados, envolvendo pedidos de horas extras, periculosidade, insalubridade, entre outros.

**b) Tributárias**

Trata-se de Mandado de Segurança nº 5001646-41.2018.4.03.6100 impetrado para discutir a opção de Rio Paraná Energia S.A. pelo regime de lucro presumido no ano de 2015 e 2016, em que a Rio Paraná por meio de empréstimos realizado em moeda estrangeira (Dólar) adquiriu receita significativa com a variação cambial positiva. Porém, por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento dos tributos incidentes. Em razão disso, foi realizada consulta perante a Receita Federal em 29 de abril de 2016. A resposta à Consulta foi publicada em 29 de dezembro de 2017, sob o nº 657/2017, e o entendimento da Receita Federal foi de que todas as receitas auferidas devem ser consideradas para fins do limite legal do enquadramento do lucro presumido. Devido a este entendimento, foi ajuizado Mandado de Segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018, conforme divulgado na nota 29.2. As chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possíveis.

**27. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE**

No exercício de 2017 a Companhia operou apenas na atividade de geração, como representada em sua demonstração de resultados.

## 28. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

### a) Balanço Patrimonial Regulatório

		2017			2016		
Ativo	Nota	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		630.150	-	630.150	1.023.841	-	1.023.841
Concessionárias e permissionárias	1.1	276.198	(77.628)	198.570	286.244	(100.870)	185.374
Tributos a recuperar		128.601	-	128.601	-	-	-
Partes relacionadas		-	-	-	31	-	31
Despesas antecipadas		6.388	-	6.388	5.187	-	5.187
Serviços em curso		550	-	550	-	-	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	1.2	-	877.620	877.620	-	855.144	855.144
Outros créditos		53.092	-	53.092	1.035	-	1.035
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.094.979</b>	<b>799.992</b>	<b>1.894.971</b>	<b>1.316.338</b>	<b>754.274</b>	<b>2.070.612</b>
<b>Não circulante</b>							
Realizável a longo prazo							
Ativo financeiro vinculado à concessão	1.2	-	10.546.705	10.546.705	-	9.384.329	9.384.329
Outros créditos		30	-	30	30	-	30
Investimentos		82	-	82	1	-	1
Imobilizado		153.930	(151.370)	2.560	8.300	(6.375)	1.925
Intangível	1.3a	12.886.763	(6.551.601)	6.335.162	13.347.408	(7.015.259)	6.332.149
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>13.040.805</b>	<b>3.843.734</b>	<b>16.884.539</b>	<b>13.355.739</b>	<b>2.362.695</b>	<b>15.718.434</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.135.784</b>	<b>4.643.726</b>	<b>18.779.510</b>	<b>14.672.077</b>	<b>3.116.969</b>	<b>17.789.046</b>

Passivo e patrimônio líquido		Nota	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
<b>Circulante</b>								
Fornecedores			77.828	-	77.828	51.527	-	51.527
Provisões para grandes reparos	1.3b		-	728.444	728.444	-	779.235	779.235
Partes relacionadas			183.449	-	183.449	81.866	-	81.866
Encargos setoriais			26.990	-	26.990	43.340	-	43.340
Salários, provisões e contribuições sociais			11.881	-	11.881	5.908	-	5.908
Tributos a recolher			122.557	-	122.557	159.901	-	159.901
Empréstimos			3.007	-	3.007	2.005	-	2.005
Juros sobre capital próprio			511.700	-	511.700	-	-	-
Dividendos			170.753	-	170.753	977.953	-	977.953
Outras obrigações			39.697	-	39.697	984	-	984
<b>Total do passivo circulante</b>			<b>1.147.862</b>	<b>728.444</b>	<b>1.876.306</b>	<b>1.323.484</b>	<b>779.235</b>	<b>2.102.719</b>
<b>Não circulante</b>								
Encargos setoriais			14.868	-	14.868	-	-	-
Tributos a recolher			135.662	-	135.662	135.662	-	135.662
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.4		219.549	964.543	1.184.092	-	-	-
Empréstimos			2.700.000	-	2.700.000	2.700.000	-	2.700.000
Provisões para grandes reparos	1.3b		-	1.179.267	1.179.267	-	906.149	906.149
Partes relacionadas			3.059.900	-	3.059.900	3.177.623	-	3.177.623
<b>Total do passivo não circulante</b>			<b>6.129.979</b>	<b>2.143.810</b>	<b>8.273.789</b>	<b>6.013.285</b>	<b>906.149</b>	<b>6.919.434</b>
<b>Total do passivo</b>			<b>7.277.841</b>	<b>2.872.254</b>	<b>10.150.095</b>	<b>7.336.769</b>	<b>1.685.384</b>	<b>9.022.153</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Atribuível aos acionistas da Companhia								
Capital social			6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reservado lucros	1.5		208.926	1.771.472	1.980.398	686.291	1.431.585	2.117.876
<b>Total do patrimônio líquido</b>			<b>6.857.943</b>	<b>1.771.472</b>	<b>8.629.415</b>	<b>7.335.308</b>	<b>1.431.585</b>	<b>8.766.893</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>14.135.784</b>	<b>4.643.726</b>	<b>18.779.510</b>	<b>14.672.077</b>	<b>3.116.969</b>	<b>17.789.046</b>

## b) Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Suprimento de energia elétrica	2.1	3.160.241	(870.869)	2.289.372	2.576.827	(1.193.912)	3.290.213
Outorga	2.2	-	2.078.963	2.078.963	-	2.325.254	417.956
<b>Receita</b>		<b>3.160.241</b>	<b>1.208.094</b>	<b>4.368.335</b>	<b>2.576.827</b>	<b>1.131.342</b>	<b>3.708.169</b>
<b>Tributos</b>							
Pis-Pasep		(52.261)	-	(52.261)	(152.411)	-	(152.411)
Cofins		(240.717)	-	(240.717)	(77.305)	-	(77.305)
		<b>(292.978)</b>	<b>-</b>	<b>(292.978)</b>	<b>(229.716)</b>	<b>-</b>	<b>(229.716)</b>
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(27.315)	-	(27.315)	(23.817)	-	(23.817)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(99.663)	-	(99.663)	(70.745)	-	(70.745)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(8.782)	-	(8.782)	(6.546)	-	(6.546)
		<b>(135.760)</b>	<b>-</b>	<b>(135.760)</b>	<b>(101.108)</b>	<b>-</b>	<b>(101.108)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>2.731.503</b>	<b>1.208.094</b>	<b>3.939.597</b>	<b>2.246.003</b>	<b>1.131.342</b>	<b>3.377.345</b>
<b>Encargos de transmissão, conexão e distribuição</b>		<b>(357.825)</b>	<b>-</b>	<b>(357.825)</b>	<b>(188.348)</b>	<b>-</b>	<b>(188.348)</b>
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(357.825)	-	(357.825)	(188.348)	-	(188.348)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>2.373.678</b>	<b>1.208.094</b>	<b>3.581.772</b>	<b>2.057.655</b>	<b>1.131.342</b>	<b>3.188.997</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>							
Pessoal		(71.095)	-	(71.095)	(52.851)	-	(52.851)
Material		(6.273)	-	(6.273)	(1.651)	-	(1.651)
Serviços de terceiros		(45.329)	-	(45.329)	(26.218)	-	(26.218)
Energia comprada para revenda		(404.723)	-	(404.723)	-	-	-
Depreciação e amortização	2.3	(461.565)	241.546	(220.019)	(460.489)	300.243	(160.246)
Seguros		(10.419)	-	(10.419)	(4.697)	-	(4.697)
Aluguéis		(2.522)	-	(2.522)	(481)	-	(481)
Outros		(13.379)	-	(13.379)	(1.785)	-	(1.785)
		<b>(1.015.305)</b>	<b>241.546</b>	<b>(773.759)</b>	<b>(548.172)</b>	<b>300.243</b>	<b>(247.929)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>1.358.373</b>	<b>1.449.640</b>	<b>2.808.013</b>	<b>1.509.483</b>	<b>1.431.585</b>	<b>2.941.068</b>
Equivalência patrimonial		(50)	-	(50)	-	-	-
		<b>(50)</b>	<b>-</b>	<b>(50)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>1.358.323</b>	<b>1.449.640</b>	<b>2.807.963</b>	<b>1.509.483</b>	<b>1.431.585</b>	<b>2.941.068</b>
<b>Resultado financeiro</b>							
Receitas		410.665	89.718	500.383	2.078.648	-	2.078.648
Despesas		(933.373)	(234.929)	(1.168.302)	(1.483.326)	-	(1.483.326)
	2.4	<b>(522.708)</b>	<b>(145.211)</b>	<b>(667.919)</b>	<b>595.322</b>	<b>-</b>	<b>595.322</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>		<b>835.615</b>	<b>1.304.429</b>	<b>2.140.044</b>	<b>2.104.805</b>	<b>1.431.585</b>	<b>3.536.390</b>
<b>Despesas com impostos sobre os lucros</b>	2.5	<b>(330.228)</b>	<b>(964.541)</b>	<b>(1.294.769)</b>	<b>(270.146)</b>	<b>-</b>	<b>(270.146)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>505.387</b>	<b>339.888</b>	<b>845.275</b>	<b>1.834.659</b>	<b>1.431.585</b>	<b>3.266.244</b>

## 28.1 Detalhamento das diferenças de práticas contábeis – Nota de ajuste

### 28.1.1 Balanço Patrimonial

Em 2017 a Rio Paraná apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societário:

#### 1.1 – Concessionárias e permissionárias

O ajuste é decorrente do registro no societário do Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO transferido do resultado para ativo, no montante líquido de impostos de R\$ 77.628.

#### 1.3 - Imobilizado

O ajuste é decorrente de bens adquiridos após a assinatura do contrato de concessão que, de acordo com o IFRIC 12, no societário são considerados ativo intangível e não ativo imobilizado.

## Contabilização da Outorga

### 1.2 – Ativo financeiro e 1.4 a – Intangível

Os ajustes são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada conforme ICPC 01 e IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão R\$13.803.752, 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível.

	31/12/2016	Ajustes	31/12/2017
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>10.239.472</b>	<b>1.184.852</b>	<b>11.424.324</b>
Ativo Financeiro	26.200.524	406.411	26.606.935
AVP - ativo financeiro	(15.961.052)	778.441	(15.182.611)
Transferencia consessionaria e permissionarias para ativo financeiro	100.870	77.628	178.498
Ativo intangível	4.636.609	(319.766)	4.316.843
<b>Impacto total - Outorga bifurcada</b>	<b>14.976.952</b>	<b>865.086</b>	<b>15.919.665</b>

## Contabilização da provisão de manutenção

### 1.4b – Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado no societário, no montante de R\$ 1.907.711 (R\$ 728.444 no passivo circulante e R\$ 1.179.267 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias, para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e referem-se à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia, reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

Para fins regulatórios, os ativos são reconhecidos conforme custo incorrido, e não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Nas demonstrações contábeis regulatórias não existe esse tipo de provisão.

### 1.5 – Imposto de Renda e contribuição social diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos a outorga e provisão de projetos para grandes reparos.

## **1.6 – Patrimônio líquido**

O ajuste apresentado em reserva de lucros, refere-se ao efeito dos ajustes acumulados do resultado entre o regulatório e societário, que em 2016 estava representado por R\$ 1.431.585 e, em 2017 por R\$ 339.888.

## **28.1.2 Demonstração do Resultado**

### **2.1 – Suprimento de energia elétrica**

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios são reconhecidos no resultado ao invés de baixa de ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga (baixa do recebível).

### **2.2 – Outorga**

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados no societário.

### **2.3 – Depreciação e amortização**

O efeito é decorrente da diferença da amortização da base regulatória (ANEEL) para a base societária. A taxa de depreciação e amortização utilizada, são as determinadas pela ANEEL.

### **2.4 – Resultado financeiro**

Os ajustes em receitas e despesas financeiras são decorrentes do efeito AVP (ajuste a valor presente) da provisão para grandes reparos registrados no societário.

### **2.5 – Despesas com Impostos sobre o lucro**

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos a outorga (bônus de outorga e AVP) e depreciação, conforme mencionado anteriormente.

## **29. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **29.1. Juros sobre capital próprio**

Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia realizou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor global de R\$ 90.000, cabendo a cada acionista o valor bruto de R\$ 0,0128308 por ação ordinária.

Não houve incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração (15.12.2017) e o efetivo crédito aos acionistas (23.01.2018), devendo este valor ser considerado imputável aos dividendos a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

### **29.2. Depósito judicial**

Para prosseguimento com o Mandado de Segurança nº 5001646-41.2018.4.03.6100 foi depositado em juízo, na data de 30 de janeiro de 2018, o montante de R\$ 415.817.577,54 (quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para maiores detalhes vide item (26.1b).

## **MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Conselho de Administração**

**Yinsheng Li**  
**Presidente**

**Yujun Liu**  
**Conselheiro**

**Evandro Leite Vasconcelos**  
**Conselheiro**

**Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho**  
**Conselheiro**

### **Diretoria**

**Aljan de Abreu Machado**  
**Diretor**

**Anderson Vitor Pereira Tonelli**  
**Diretor**

**Cesar Teodoro**  
**Diretor**

**Narciso Meschiatti Filho**  
**Contador - 1SP-101290/O-0**